



ATA N.º 27/XI-2º/2014-15

1 - Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas 21H00, no Salão da Cooperativa de Consumo Piedense, sito na rua Cooperativa Piedense, nº 94, na Cova da Piedade, realizou-se a Terceira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de abril, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia

3.4 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Documentos de Prestação de Contas:

3.4.1 - “Relatório e Contas do Município, referente ao exercício de 2014”;

3.4.2 - “Relatório de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2014”;

3.4.3 - “Documentos da Consolidação de Contas do Grupo Autárquico referente ao exercício de 2014”.

3.5 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Revisão Orçamental:

3.5.1 - “Primeira Revisão Orçamental do Município”;

3.5.2 - “Primeira Revisão Orçamental dos SMAS”.

3.6 - Apreciação e votação das Proposta da Câmara Municipal sobre designação de júris de concursos para provimento de titulares de cargos:

3.6.1 - “Dirigentes nos SMAS”;

3.6.2 - “Dirigente da Câmara Municipal de Almada, Diretor de Departamento”;

3.6.3 - “Dirigente da Câmara Municipal de Almada, Chefe de Divisão”.

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Declaração de Interesse Público Municipal na regularização do Ecocentro da Quinta da Matosa”.

3.8 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Contratos de Financiamento dos SMAS - Empréstimo Quadro - Banco Europeu de Investimento”.



2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Sérgio Cantante Faria de Bastos; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Teresa Paula de Sousa Coelho; José Ricardo Dias Martins; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Joana Rodrigues Mortágua e Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Dias, com ausência no dia 29 de abril de 2015, (Ent. nº 3482/XI-2º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Marques Vitorino, com ausência no dia 29 de abril de 2015, (Ent. nº 3503/XI-2º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal Daniel Pedro Sobral, com ausência nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2015 (Ent. nº 3518/XI-2º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Guiomar Joaquim, com ausência no dia 29 de abril de 2015, (Ent. nº 3585/XI-2º), (**Conforme Anexo IV**).
- A Senhora Deputada Municipal Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida, com ausência no dia 29 de abril de 2015, (Ent. nº 3594/XI-2º), (**Conforme Anexo V**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2015, (Ent. nº 3570/XI-2º), (**Conforme Anexo VI**).



- O Senhor Deputado Municipal Paulo Alexandre Ribeiro Sabino, com ausência nos dias 27 e 29 de abril de 2015, (Ent. nº 3563/XI-2º), **(Conforme Anexo VII)**.

4.1.1- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- Sr. António Abrantes de Almeida, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de abril, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII)**.
- Sr. José João Santos da Mata, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de abril, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX)**.
- Sr. Luís António de Matos Vicente, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de abril, do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso e do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo X, XI e XII)**.
- Sr. Joaquim Machado Duarte, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de abril, do eleito Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim, e por impedimento do cidadão Sr. Mário Filipe Burrica Nunes de Castro, do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa, da cidadã Sr.ª Ana Isabel Ricardo Pato Estevens, do cidadão Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos e da cidadã Sr.ª Helga Cristina Rosa Ribeiro - PEV, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIII, XIV, XV, XVI e XVII)**.
- Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, apresentado a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de abril, da eleita Sr.ª Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVIII)**.
- Sr. Filipe Alexandre Pardal Pacheco, apresentado a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de abril, da eleita Sr.ª Ana Marques Serra e Moura Salvado, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIX)**.
- Sr. Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro, apresentado a sufrágio pela lista do PSD e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de abril, da eleita Sr.ª Ana Catarina Ribas Lopes, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XX)**.
- Sr.ª Lina Cristina de Matos Gonzalez, apresentada a sufrágio pela lista do PSD e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 29 de abril, do eleito Sr. Paulo Alexandre Ribeiro Sabino e por impedimento da cidadã Sr.ª Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXI e XXII)**.



4.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e Laranjeiro e Feijó, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento dos Presidentes dos respetivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente reunião da Assembleia Municipal pelas eleitas nas Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e Laranjeiro e Feijó, Senhora Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett e Senhora Maria Isabel Trindade Ferro, (**Conforme Anexos XXIII e XIV**).

4.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Fernando Afonso Machado, residente em Almada.

5.1.1 - O Munícipe Exm.º Senhor Fernando Afonso Machado:

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

Lamento estar a incomodar-vos eventualmente tirando algum tempo a coisas importantes que têm para tratar. Eu venho aqui trazer uma sugestão e uma indignação. Também tenho esse direito. Há trinta e cinco anos que resido aqui no Município, arranjar um problema nesta altura do tempo também acho que tenho esse direito. Por outro lado queria também começar por dizer que também não sou um cidadão exemplar e tenho aqui três documentos que trago comigo, trago aqui uma sugestão e uma reclamação que eu fiz à ECALMA. É um assunto simples, isto evitava a mim a chatice e a outras pessoas que no mesmo dia também tiveram a mesma chatice que eu. Ou seja, uma multa por distração minha e pelas outras pessoas que ali estavam. Isto passa-se na rua Salvador da Baía. Na rua Salvador da Baía existe uma placa que é estacionamento para residentes, no mesmo espaço convive uma zona de parque, eu entretanto entrei na rua e vi que há acesso a uma praceta e não vi lá mais placa nenhuma, entrei nessa praceta e estacionei o meu carro. Ao fim do dia estava eu com um papelinho de uma multa passada nessa praceta. Não fui só eu, foi mais outra pessoa que lá estava, os dois ali indignados com multa, não vimos placa. Eu fui tomar um café e a Sr.ª do café disse, olhe isto realmente é uma situação que não custava muito colocarem aqui uma placa à entrada. Já alertámos os serviços e inclusive os fiscais da ECALMA até já alertaram



os serviços para isso, não custava nada pôr ali uma placa. Á multa que eu paguei e que o outro Sr. pagou dava para pagar duas ou três placas. Às vezes no meio da pressa a gente não vê uma placa que está e é apanhado assim. Bastaria um bocadinho de bom senso e evitava a mim o meu aborrecimento, as minhas custas. Eu também sugeria à ECALMA que pelas estatísticas é fácil ver quais são os locais em que as pessoas são apanhadas mais em multas, não por não queremos pagar o estacionamento, é porque deve haver alguma falha. Se eu entrei ali, o outro Sr. também, eventualmente haverá mais casos de outras pessoas que também entraram, a nível das estatísticas verem quais são os locais onde incidem mais multas e a partir daí estudarem as situações.

O outro documento que me traz aqui também é outra situação com a ECALMA, e eu vou ser franco, eu cada vez que venho a Almada evito mesmo de vir a Almada, não sei porquê. Eu trago um jornal diz assim “máquinas de destruição”. Permitam-me, um dos piores traços que vivemos está na forma como a Banca, o Fisco e o Estado se tornaram em verdadeiras máquinas de destruição sobre o cidadão. Isto serve para introduzir o meu outro assunto. Se o Sr. como diz e bem Fisco e Estado acrescentasse a ECALMA, eu quase estava de acordo também, porquê? Nesse mesmo dia de manhã era fim de semana de Páscoa, de manhã acordei tarde, olho para o espaço onde estava o meu carro e não estava lá. Eu fui à PSP, a perspicácia do Agente, diz “ não terá sido a ECALMA que levou o carro?” Ligo logo para a ECALMA, sim senhor, e depois fez-me este comentário “o Sr. deve ter algum vizinho que o estima muito”. Aquilo a que o agente tinha tido acesso, tinha sido uma queixa que tinha sido apresentada. Porque é que eu falo na queixa, porque se alguém fizer uma queixa anónima à Câmara ou à minha pessoa, nós não valorizamos, as pessoas têm nome, querem fazer uma queixa dizem o nome. As queixas anónimas existiam antes, aceitar queixas anónimas para mim é um mau procedimento. E eu não estou à espera que uma instituição municipal que preza valores que eu também prezo, isto indignou-me mais do que tudo o resto. Sou um cidadão cumpridor, mas eu também digo-vos uma coisa eu não estou a incomodar ninguém, é uma praceta deste tamanho, eu moro ali naquela janela vermelha, está ali a minha porta, neste espaço não mora ninguém e mora aqui o meu vizinho da frente, o meu carro está ali. No entanto também me referiram que as pessoas dos serviços que passam por essas zonas para fazer o levantamento das situações, eu acredito, mas moro ali há dez anos e nunca vi ninguém passar por ali e nunca conversei com ninguém. Em



contrapartida está um carro que está mesmo vandalizado e já liguei para a Polícia e não o foram buscar, foram buscar o meu. Isto faz-me pensar noutra coisa, é que a ECALMA não pode ser instrumentalizada para uma guerra que eventualmente eu possa ter com o meu vizinho. Agora digam-me, eu passo a desconfiar de todos os vizinhos, é que isto levanta-me um problema terrível, eu naquele dia houve um cão que riscou-me o carro todo, porque um gato escondeu-se debaixo do carro. Eu fui ter com a pessoa e pedi-lhe que não soltasse o cão, já não era a primeira vez que acontecia, eu agora penso que foi essa Sr.^a que fez queixa de mim, não é? É que arranja-nos aqui um problema, aceitar queixas anónimas eu acho que isso não deveria existir. Todos nós cumprimos, eu acho que a Câmara há muitas coisas que não cumpre e eu sou tolerante e compreendo, os tempos são difíceis, não podemos exigir todos, custaria muito alguém dirigir-se a minha porta e dizer, caro utente o carro aqui estorva, os vizinhos estão incomodados com isso. É comportamento que eu realmente não percebo porque é que a ECALMA fez isto. Vou levantar o meu carro porque tem um valor, era do meu pai, tenho uma estima considerável pelo carro, mas eu vou levantar o carro e exigem-me 119 euros de despesas, quando eu vou buscar o carro eu pago 35 euros por um reboque e não pagar ainda me sai mais barato. Ora bem há aqui qualquer coisa que me indigna, os serviços estão a ser exagerados no valor que cobram aos utentes. 119 euros para 35 euros há uma discrepância bastante elevada e eu também não compreendo porque é que realmente existe isso.”

5.2 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor José Manuel Baptista, residente na Charneca de Caparica.

5.2.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor José Manuel Baptista:

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

Conforme a minha promessa de ontem, eu já entreguei aos grupos aqui presentes todos eles um excerto de LO.658/90, ou seja do... volume que está na CMA que eu pedi para fotocopiar e paguei, vou passar a ler, “Há vários anos (27/02/2003) foi solicitado a receção definitiva e acerto das contas finais entre a C. M. Almada e esta Associação de Proprietários (AUGI núcleo 26 Quintinhas/Pinheirinho).

As coisas desde essa data tem corrido a passo de caracol, nomeadamente nestes últimos quatro anos tem corrido sobre um impasse constante, sem que por parte da Câmara (mais propriamente dos Srs. Arquitetos Ricardo Carneiro e Carlos Dias) haja boa vontade para concluir o processo que se arrasta há 17 anos com reuniões marcadas e constantemente adiadas por parte da Câmara.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Temos entregue periodicamente documentação das nossas constantes atualizações, referentes aos pagamentos efetuados pelos proprietários faltosos e mudança de titularidade dos lotes.

Houve promessas “e só promessas” de que em setembro de 2009 forçosamente a Câmara queria o processo LO. 658/90 do Pinheirinho definitivamente encerrado, tendo sido agendada uma data para esse fim. Contudo nessa data e à hora marcada, três membros da Direção da AUGI, acompanhados pelo nosso contabilista estiveram presentes na Câmara para a suposta reunião. Aí, no atendimento a funcionária, informo-nos de que não havia reunião nenhuma marcada com os Srs. Arquitetos Ricardo e Carlos Dias, pois que deveria ter da nossa parte havido um lapso de marcação (por favor Srs. Arquitetos não brinquem com as pessoas que tudo deram graciosamente em prol das Quintinhas/Pinheirinho e do próprio Concelho de Almada). Completamente desiludidos, uma vez que perdemos uma tarde de trabalho nos nossos empregos, para colaborar numa causa pública, da qual a C.M. Almada tem a sua quota parte de responsabilidade, e fomos tratados com desprezo e total abandono por parte dos Srs. Arquitetos.

Telefonicamente, no dia 06 de janeiro de 2010, solicitámos falar com o Sr. Arquiteto Ricardo Carneiro, que segundo o secretário, Sr. Fernando informou estar indisponível devido a estar ocupado àquela hora. No entanto pedimos para que lhe fossem transmitidas as nossas preocupações, marcando nós um prazo para que de alguma forma nos comunicasse ou chegasse à fala com esta Associação.

Tal ainda não aconteceu. Daí, a Direção reuniu e aprovou por unanimidade o seguinte: “Se até ao próximo dia 15 de janeiro de 2010 não obtivermos qualquer resposta referente ao acerto de contas finais entre a CMA e a AUGI núcleo 26, bem como a Receção definitiva, esta Comissão de Administração da AUGI núcleo 26, considera definitivamente as contas encerradas, com um débito da C.M. de Almada para com esta AUGI no valor de € 16.073,62 (conforme documentação junta ao processo LO. 658/90) bem como as obras recebidas definitivamente e com o cessar de funções desta AUGI núcleo 26, sendo ainda que esta Administração Conjunta apresentará em próxima Assembleia Geral de Proprietários a realizar brevemente, esta proposta para ser ratificada e aprovada em AGP, sendo depois enviada para a C.M.A. e Assembleia Municipal, a ata referente às deliberações sobre o assunto”.

Pergunto Sr. Presidente da Assembleia, alguma vez recebeu aqui alguma comunicação da Associação de Proprietários Moradores das Quintinhas/Pinheirinho



sobre este assunto? A Assembleia recebeu alguma carta da Associação? Não recebeu certamente, a C.M.A também certamente não recebeu. Não me move nenhuma vontade, não me lembro do termo, mas move-me sim o sentido de justiça e transparência neste caso e nomeadamente na feitura de infraestruturas na zona do Pinheirinho, porque desde sempre e da parte da Associação nunca houve e até hoje nunca houve e devia ter havido mais respeito para com os proprietários e para com a Câmara Municipal de Almada, quem incumbiu fazer infraestruturas naquela zona. A Sr.^a Vereadora Amélia Pardal sabe perfeitamente daquilo que eu estou a falar. Tem conhecimento de causa e sabe que não rececionou ainda as obras derivado às obras não estarem concluídas e já há muitos anos que a Câmara solicitou à Associação que concluísse aquelas obras. O que eles querem é o acerto final das contas com a CMA pelas verbas entregues. Eu disse ontem que devem somar para cima de um milhão e quinhentos mil euros, querem fazer o acerto das contas e a receção definitiva, só depois é que faz contas com os proprietários. Todos somos proprietários, se a Câmara contribui com uma verba para a feitura das infraestruturas dos lotes que tinha recebido anteriormente a 1990 e anteriormente tinha esse acordo, pergunto eu, então porque é que os Srs. da Associação não concluíram as obras em devido tempo? Eles estavam responsáveis perante a Câmara de executar as obras que estavam no projeto e não o fizeram e agora vêm-se lamentar à CMA, e já há alguns anos que o andam a fazer e a CMA é que é culpada desta situação? Quanto a mim e a muitos proprietários é natural que a Câmara lhes tenha dado alguma benevolência para que ao fim destes anos todos esta Associação ainda se mantivesse em funções e sobretudo quando soube em devido tempo e em 95 a Sr.^a Presidente de então, Maria Emília Neto de Sousa e falando com ela numa arruada que ela andava a fazer nas Eleições em 95, falei com ela gentilmente que me cedeu tempo dela, 15 minutos, e quando me disse no final, tem que pagar à Associação. Estava-lhe a dizer que a Associação cobrava juros de 2% ao mês, toda a gente sabe e muitos de vocês já andavam cá há muitos anos e sabem que a minha luta é constante. Eu não quero aqui vingança, eu quero é justiça, quero que haja uma auditoria às contas daquela Associação por parte da Câmara Municipal de Almada, mande fazer uma auditoria às contas, mande saber quantos lotes existem. Porque Sr.^a Vereadora, Sr. Presidente, o que consta é que os lotes nas telas finais não condizem com o que eles mandam, ora mandam 441 lotes pagos pela Câmara, ora mandam 466 lotes pagos pela Câmara. Então mas afinal de contas quantos lotes é que a



Câmara paga? Em que zonas é que está isso? Eu disse à Sr.^a Vereadora e ela sabe muito bem que há lá 10 lotes que não é verdade existirem. Aliás, a Sr.^a Vereadora ouviu o que o Sr. Arquiteto Veríssimo disse, não isso não estão aprovados esses lotes, estão aqui, mas não são aprovados. É preciso para que haja justiça e para que haja transparência em todo este processo, eu proponho porque mete verbas públicas, que haja uma auditoria feita não pelo Revisor Oficial de Contas, porque até 2008 a Associação perguntava à Câmara “então quanto é que vocês pagaram e agora? Mandem informar o nosso Revisor Oficial de Contas, quanto é que pagaram até agora?” Estes Srs. só deviam cumprir com o acabar das obras e depois fazerem contas na totalidade com os proprietários. Tanto são proprietários uns como são outros. A Câmara pagou uns mas são proprietários e todos temos que saber em conjunto e na totalidade. Não é a Câmara receber as obras definitivamente e as contas daquilo que pagou e depois os outros serem informados do que é que é. Não pode ser assim. Eu suponho que não, e suponho que a Sr.^a Vereadora está recetiva a que não possa haver da parte da Associação qualquer situação de ilegalidade ou irregularidades neste processo, estou convencido, assim como o Sr. Presidente da Câmara. Eu ontem estive dois minutos a falar com ele. Pareceu-me uma pessoa recetiva e que até lhe chamei atenção para o facto do primo do Sr. Presidente, o José Luís Judas em Cascais ter reduzido substancialmente as taxas de metro quadrado da área de construção e taxas de cedências para poderem legalizar muitos milhares de casas que havia no Concelho de Cascais.

Eu ando aqui há vinte anos e o não pagar logo porque efetivamente estou a sentir-me lesado, espero da parte desta Câmara e dos grupos parlamentares aqui presentes que possam, para que haja justiça e transparência neste processo fazerem o que acharem conveniente. Eu fico muito agradecido, não quis deixar de vir aqui a esta Assembleia como eu ontem prometi trazer-vos, e estas folhas que estão juntas espelham bem a situação que se arrasta já há alguns anos e que o pagamento que a Câmara já efetuou e que aquela Associação não me parece que esteja a trabalhar bem ao longo destes anos. Não é a Câmara que é responsável, eles é que são responsáveis, porque não executaram os trabalhos conforme estava no projeto. Havia um fiscal residente que eles diziam que era o fiscal que fazia as obras em representação da Câmara, se calhar é daqueles fiscais que a Câmara já mandou embora.”



5.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Senhores Vereadores Rui Jorge Martins e Maria Amélia Pardal, a solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

Breves palavras para responder às questões colocadas pelo Sr. Fernando Machado acerca da coima de que foi alvo na rua São Salvador da Baia, nomeadamente naquelas parcelas anteriores que estão reservadas para residentes. Efetivamente escreveu a questão de existência de uma placa numa zona de residentes, já ontem aqui nesta Assembleia tivemos uma resposta mais completa acerca desta matéria, de facto tentamos sempre reforçar, mesmo não sendo obrigatoriedade legal não ter outro tipo de placas a reforçar alguma informação. Tomei nota também no sentido dessa zona da São Salvador da Baia poder ter alguma informação adicional que alerte suficientemente quem lá chega, porque aquilo é uma zona de residentes, para além daquilo que é a placa exigível ao nível do Código da Estrada. Portanto, para reforçar esta sinalização e evitar equívocos e situações desta natureza que obviamente não é do desejo nem da ECALMA, nem do Município que aconteça.

Em relação ao reboque que informou do seu carro, eu pelo que percebi, tratou-se de um reboque que consideraram como um veículo em fim de vida, ou seja um vizinho ou alguém terá informado a ECALMA que existia um carro em fim de vida naquela zona e a ECALMA interveio. Verificou que o veículo tinha condições para ser considerado veículo em fim de vida, ou seja, visualmente tinha um conjunto de características que o indiciaram para além de não ter selos válidos visíveis e para além de se manter mais de trinta dias no local. Portanto, são questões que cumulativamente se permite considerar um veículo em fim de vida e intervir. A reclamação não é reclamação anónima, sempre que existe qualquer informação que existe um veículo em fim de vida a ECALMA tenta intervir e aliás este é um fator que normalmente é valorizado pelos Múncipes. Nós temos ao longo de dez anos de intervenção da ECALMA, cerca de quatro mil e qualquer coisa reboques de veículos em fim de vida, ou seja, de carros que estavam literalmente a maior parte deles a apodrecer na cidade e que foram retirados da via pública permitindo libertar outros tantos locais de estacionamento. Esta tarefa é importante, não quer dizer que depois não exista a possibilidade de os Múncipes considerarem que não senhor o seu carro



não está em fim de vida, apesar de estar numa situação que incorria naquele reboque, pagarem as devidas contribuições que não são decididas pela ECALMA, são decididas por Portaria governamental anexa a Código da Estrada e que portanto, são valores que são pagos aqui ou no Porto, ou em Lisboa, ou onde quer, que zona do País, porque são valores que derivam do Código da Estrada e levantem a viatura. Portanto, nesta circunstância penso que o que se passou por aquilo que diz o Sr. estava com interesse ainda na viatura e foi busca-la e o pagamento que fez foi aquele que era devido à luz dos valores que estão no Código da Estrada.”

5.3.2 - A Sr.^a Vereadora Maria Amélia Pardal, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

Muito rapidamente acrescentar alguma coisa sobre a intervenção do Sr. Baptista, relativamente à carta que leu.

A carta que leu é uma carta do Presidente da Comissão de Administração da AUGI dirigida à Câmara em 15 de janeiro de 2010 e onde a Comissão colocou um conjunto de questões à Câmara que foram a seu tempo respondidas e como ontem aqui referi há muito pouco tempo houve uma reunião com esta Comissão. A Câmara informou a Comissão da situação das contas, do acerto das contas que não corresponde àquilo que aqui vem e ainda de que as obras não tinham receção definitiva enquanto não estivessem conformes. Portanto, não houve qualquer tolerância, nem há com esta Comissão, e há a exigência do cumprimento das regras estabelecidas, portanto é só isto que tinha a dizer para esclarecer. Esta carta é de 2010 e que neste momento a situação não está na mesma e vamos obviamente e já o transmitimos que a Comissão faça o que tem a fazer relativamente a obras e relativamente às questões financeiras.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 - Continuou-se no ponto 3.4 da agenda com a apreciação e votação das Propostas N^{os} 84/XI-2^o e 85/XI-2^o, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 15/04/2015, sobre o “Relatório e Contas do Município, referente ao exercício de 2014” e o “Relatório de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2014” e considerou o Relatório de Fiscalização e respetivo Parecer e a Certificação Legal das Contas da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, respetivamente, (Conforme Anexos VI, VII e VIII da Ata N^o 26/XI-2^o, de 28 de abril de 2015).



6.1.1 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Maria Odete Alexandre, Luísa Ramos, Nuno Matias, Carlos Revés, Carlos Guedes, Eva Gomes, José Joaquim Leitão, José Lourenço, o Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.1.1.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

Dado que tenho pouco tempo, tenho que me concentrar naquilo que para mim é mais importante e é mais relevante. E como devem calcular eu mantenho a minha preocupação com a segurança. A minha grande preocupação é de facto a segurança. Eu verifiquei que foram feitas ao longo deste período que respeita à avaliação e o Relatório diz que fizeram vários trabalhos ao nível da elaboração do Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil. Mas eu gostava de saber neste momento qual é o ponto da situação, se estamos bastante próximo de termos um Plano Municipal de Emergência ou se ainda estamos muito longe. Depois fui verificar no site da Câmara qual a preocupação que houve com a divulgação de informação e avisos à população para uma situação de emergência e verifiquei que o que lá está primeiro que tudo está postos de modo que não se consegue ler completamente, temos que nos pôr assim um bocadinho de lado, porque a imagem que lá foi colocada não está vertical, está horizontal e portanto era bom que isso fosse revisto e continuamos a ter apenas a divulgação dos avisos que são feitos genericamente em todo o País e para toda a gente. E aquilo que nós tínhamos pedido à Câmara era que fizesse a divulgação dos locais mais adequados para a população se abrigar numa situação de catástrofe. E isso não está ainda com acesso para a população.

Depois verifiquei que existe um corpo permanente de voluntários no âmbito da Proteção Civil Municipal para apoio às diferentes iniciativas e ocorrências. Eu não conheço esta solução de utilizarem os voluntários, gostava de saber um pouco mais sobre isto.”

6.1.1.2 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

Estamos de facto a retomar aquilo que deve ser a análise do Relatório do trabalho desenvolvido pelo Município no ano de 2014.

Primeiro ano de Mandato e por isso um Programa para quatro anos, mas creio que este Relatório deve ter só como referência o Plano aprovado em 2013 para 2014. Parece-nos que as nossas intervenções de análise ao Relatório devem ser centradas



no Relatório que faz parte da ordem de trabalhos. Ontem todavia permitam-me, antes de entrar na análise, ficámos um bocadinho perplexos por um conjunto de intervenções que mais pareciam intervenções de fim de Mandato, para apresentação de Programas. E portanto, não posso deixar de referir que não estamos aqui a comparar Programas, não estamos aqui a comparar Propostas. De uma forma séria e com ética na política estamos a ver se isto foi bem cumprido ou não, aquilo que se aprovou nesta Assembleia do ponto de vista do Programa. Mas enfim. Creio que merece mais do que isto, merece-me dois comentários ou três, já agora três intervenções no mínimo. Que é a preocupação legítima do Sr. Deputado do PSD, que está muito preocupado pelo facto de a Câmara no Município de Almada e ele atribui isto a responsabilidade do Município, não haver instalação de empresas, não haver a renovação do aparelho produtivo, não haver aquilo que nós tanto desejaríamos que era a industrialização do País, mas também do Concelho de Almada. Mas porque as coisas não acontecem por acaso e porque não foi por causa do Município e já que acusam a CDU de ter a gestão há tantos anos, ou desde sempre neste Município, convém lembrar que não foi o Município que arrasou e destruiu o aparelho produtivo nomeadamente a indústria naval. E para lembrar que a responsabilidade é dos Governos que lá têm andado. Sem nunca ser alternativa, mas foram sempre se alternando e portanto sempre em nome de dois princípios, as regras da União Europeia que diligentemente têm cumprido. Mas se isto é passado, nós estamos no presente e no presente temos o Arsenal do Alfeite. E é extremamente perigoso e lamentável que aquilo que se passa na Assembleia da República com os Partidos do “arco da crise” a dizerem que o Arsenal do Alfeite vai muito bem no caminho que vai, quando todos os dias temos notícias para a sua destruição. Eu quero saber se quando ele for destruído também vêm lamentar e chorar lágrimas de crocodilo, porque mais não sei quantos postos de trabalho vão desaparecer e mais uma boa empresa vai desaparecer. Queremos dizer que efetivamente nós não podemos, Srs. Deputados, ter dois pesos e duas medidas. Aliás, também relativamente àquilo que tem sido o esforço do Município para levar e trazer a voz dos moradores dos bairros sociais, não podemos ignorar que o PSD e o CDS que aqui votam contra as nossas propostas como votam na Assembleia da República, mas mais uma vez o PS com a sua abstenção na Assembleia da República não nos dá garantias se for Governo que aquilo que se entende como justo para o cálculo das rendas seja efetivamente alterado.



Já agora só dizer uma coisa muito rapidamente também ao Sr. Deputado do CDS. Não Sr. Deputado, nós nunca dissemos que os Governos eram incompetentes, não. Nós dizemos mais, nós dizemos que tudo o que está a ser feito é por competência por uma opção de classe, por uma opção de favorecer as políticas de quem os manda. Eles são no fundo os executores dos interesses que não do povo, que não do 25 de Abril, que não da Constituição. Aliás, eu lembro-me que há dois ou três anos num Programa dos Prós e Contras, um Sr. que na altura era Deputado do CDS e que hoje é Secretários de Estado disse esta coisa espantosa, ele disse, isto está gravado com certeza nos arquivos da RTP, ele disse, “se nós fossemos dizer às pessoas o que iríamos fazer quando lá chegássemos, ninguém votava em nós”. E é por isso talvez que tenham alguns problemas em discutir as coisas que a CDU faz e os Relatórios que apresenta.

Entrando então no Relatório e sem querer ser exaustiva, estamos portanto a apreciar um Relatório de um período de um ano e se aquilo que este Relatório introduz ficou muito aquém daquilo que foi o Plano para 2014, se ficou assim, assim ou se ultrapassou. Nós podemos dizer sem exagerar e sem errar, e permitam-me que diga aqui do ponto de vista da introdução acho que temos aqui elementos e este Relatório não foge à verdade que efetivamente num quadro em que aos almadenses continuaram a ser impostos sacrifícios em particular com uma forte taxa de desemprego, designadamente entre os jovens e a redução dos apoios sociais da competência do Estado, o Município adotou medidas concretas de apoio em especial aos mais carenciados, do mesmo modo e também cito, o movimento associativo foi duramente afetado pela situação da crise generalizada e pelas medidas de austeridade impostas pelo Governo. Importantes estruturas do movimento associativo e instituições particulares de solidariedade social viram-se confrontadas face a essa realidade com a necessidade de recurso a medidas de apoio municipal. Ou seja, também registamos a intervenção da Sr.^a Deputada Joana Mortágua que está contra as austeridades e acha que tem que ser o Município de Almada como todos os Municípios a resolver e a apagar as responsabilidades de quem provoca estas medidas de austeridade e o Município de Almada não fugiu e temos isto no Relatório. Acho que a introdução não vai tão longe como vai a própria leitura do Relatório. Nós temos não só nas medidas de posição junto do IHRU em defesa dos interesses dos moradores, mas também no parque habitacional do Município, que foram feitas empreitadas de vária natureza enquanto o IHRU não faz obras de requalificação, aqui



faz-se nas pinturas, nas coberturas dos edifícios, nas reparações de canalizações, obras em instalações elétricas, restauros no interior de fogos envolvendo 73 habitações. Reforço porque isto é muito importante, porque nós efetivamente estimulamos a democracia participativa, o reforço da participação dos moradores através dos seus representantes dos prédios. Mas também o aumento significativo do atendimento do gabinete de gestão e atendimento social de habitação cada vez mais por causa da crise, porque ela existe apesar do crescimento ligeiro do PIB. As pessoas têm que lá ir pedir a casa e estão confrontadas e continuam confrontadas com as suas profundas dificuldades. Também cremos que o trabalho desenvolvido na parte dos apoios sociais aos mais carenciados, o Programa que nós aprovámos aqui ainda há pouco tempo, na última Assembleia Municipal, se não estou em erro, do Plano de Emergência Social, tudo isto são dados e são realidades que se estivermos efetivamente a analisar no contexto de Portugal, e aqui como não é a república democrática de Almada, é um Município inserido num País, um Município que para além das suas propostas e do seu programa tem que gerir as leis do País. Portanto, os constrangimentos impostos aos Municípios. Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos muitas razões para dizer que continuamos seguramente neste caminho e estamos certos que, independentemente das dificuldades, com honestidade, com competência e com dedicação, sobretudo aos mais desfavorecidos estamos no bom caminho e naturalmente aprovaremos este Relatório.”

6.1.1.3 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

Muito rapidamente porque não sei porquê tinha o pressentimento que teria de voltar a falar sobre este tema e vim munido de dois indicadores que eu penso que nos deveriam fazer refletir, e foi nesse sentido que me levou ontem a alertar para aquilo que em 2014 poderia ter sido uma visão estratégica da Câmara de desenvolvimento económico do Município que teria reflexos na receita da Câmara e logo na sua capacidade de investimento, e vamos ver.

Município de Cascais 206 mil habitantes, orçamento da Câmara 160 milhões. Estamos a falar do dobro, por comparação com a CMA e estamos a falar no caso da Derrama também do dobro da capacidade de arrecadação de receita.

Vamos ver outro Município da Área Metropolitana que neste caso não é liderado pelo PSD. Oeiras 172 mil habitantes, orçamento da Câmara 121 milhões de euros. Mais 41 milhões de euros, reparem, receita de Derrama 18 milhões de euros. Digam-me a



mim, do ponto de vista de capacidade de realização de uma autarquia se não faz diferença ter mais empresas num Concelho que com o lucro que geram, naturalmente têm fluxos na receita do Município, logo na sua capacidade de investir. Entendemos nós que isto não é um alfa e um ómega, mas é vital para que a Câmara possa ter mais meios para intervir dentro daquilo que são as suas responsabilidades, visões estratégicas e propostas. Diz a Deputada Luísa Ramos que este é o momento apenas de ver se as contas bateram certo com o orçamento e com o seu plano de atividades. Nós não pomos em causa como é óbvio, dentro daquilo que é a visão da maioria, houve um acompanhamento e um grau de execução fidedigno, agora entendemos que estes momentos não devem deixar de nos fazer refletir sobre aquilo que nós deveríamos ter no nosso Concelho e qual deveria ser o papel da nossa autarquia. E no nosso entender temo-lo feito na altura da aprovação do orçamento, mas temo-lo também feito na altura da revisão daquilo que foi o exercício anterior, entendemos nós que este é um vetor que do ponto de vista do desenvolvimento ajuda também a capacidade de intervenção da Câmara no futuro. E portanto, a Deputada Luísa Ramos acha que é o Arsenal do Alfeite e a aposta na indústria naval que é importante que seja mantida independentemente se é uma gestão pública ou uma gestão concessionada ou privada. Nós já o dissemos aqui, essa não é a nossa preocupação, a nossa preocupação é que se encontre um modelo de gestão que aproveite a capacidade do Arsenal, mas o alfa e o ómega da atividade económica em Almada não é o Arsenal do Alfeite, não é o HGO, não é a Santa Casa da Misericórdia que ao fim ao cabo são os principais empregadores do nosso Concelho. Não valeria a pena nós atrairmos mais empresas para Almada? Criar mais emprego na nossa terra? Isto não faria diferença também na vivência e do espaço público e do consumo que isso induziria? Comércio local por exemplo. Entendemos nós que esta estratégia a montante se for desencadeada pela Câmara vai beneficiar todo o Município e também a Câmara do ponto de vista da receita e eu dei aqui dois exemplos concretos de Municípios que do ponto de vista seja territorial, seja de população, estão mais ou menos equiparados com Almada, mas têm uma diferença abissal no orçamento e sobretudo Oeiras no caso da Derrama, do ponto de vista da receita. Eu acho que isso nos deve fazer pensar, porque também é nossa missão nesta Assembleia contribuir para construir o futuro.”

6.1.1.4 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;



Faz nestes dias precisamente um ano que, aquando da discussão nesta Assembleia Municipal dos documentos de prestação de contas de 2013 do Município e SMAS, referimos a brutal dimensão da austeridade imposta aos portugueses nos últimos anos.

Estava, então, nas parangonas dos jornais a denominada “mudança de paradigma” que aconteceria em maio com a saída, supostamente “limpa” da troika.

Hoje podemos afirmar com clareza e determinação que a situação atual do país tem muito de paradigmática, mas nada de mudança.

A dívida pública fruto, quiçá, da “responsabilidade orçamental” que enchia os discursos do governo nessa altura, continuou a sua escalada atingindo os 131,4% do PIB no 3º trimestre de 2014 o que, até 2020, representará, só em juros, o pagamento de 60 mil milhões de euros a credores.

Os portugueses continuam sufocados com a carga fiscal e continuam a assistir ao ataque feroz aos seus rendimentos.

O desemprego continua em níveis vergonhosamente altos.

O crescimento do PIB, de 0,9% em 2014 é, no mínimo, anémico e em nada tranquilizador para uma efetiva retoma da economia.

Prosseguiu-se, e prossegue-se, uma política de efetiva desresponsabilização social e económica do Estado com a privatização de sectores chave da economia portuguesa, com a intenção de municipalização de serviços públicos essenciais, como a saúde e educação, prometendo a disponibilização dos recursos necessários para os municípios, promessas já antes feitas e tantas vezes não cumpridas.

Assistiu-se, e assiste-se hoje, a uma política de “mais do mesmo”, onde o Programa de Estabilidade e Crescimento e o Programa Nacional de Reformas, recentemente apresentados, são bons exemplos. A austeridade, que só existiria durante o Programa da Troika, é, afinal, para manter pelo menos até 2019, com mais cortes na Segurança Social e no funcionamento dos serviços públicos e com o perpetuar do “enorme aumento de impostos” em sede de IRS efetuado em 2013.

Se no ano passado ainda dávamos o benefício da dúvida acerca das “intenções” tão badaladas, hoje podemos com absoluta certeza afirmar que não há dúvidas nenhuma que de intenções não passaram e que a crise social e económica está aí para durar.

Sras. e Srs. deputados municipais,

Em Almada, em 2014, o paradigma não mudou.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Pelo contrário, o paradigma continuou a ser o de uma efetiva responsabilidade orçamental, um paradigma de trabalho, honestidade e competência.

Os documentos agora em apreço, tanto da Câmara como dos SMAS, isso espelham. Se os Srs. Deputados Municipais bem se recordam, uma das preocupações que foi levantada no ano transato foi a da redução dos resultados correntes, em que nos SMAS foram, inclusivamente, negativos. Hoje essa situação inverteu-se não só na Câmara Municipal, onde crescem, como nos SMAS onde voltaram a terreno positivo. Os compromissos dos Srs. Presidentes da Câmara e dos SMAS, de análise atenta a estas situações e de tomada de medidas para a sua correção, afirmados na 1ª comissão faz um ano, não foram compromissos ociosos. Foram, isso sim, compromissos sérios, como sério é o compromisso assumido com as populações de Almada de uma gestão responsável da coisa pública.

Os documentos de prestação de contas que agora se encontram em discussão demonstram, também, a validade do projeto autárquico que tem vindo a ser prosseguido em Almada.

Um projeto que traz a Almada, hoje, uma estabilidade que permite fazer frente às vicissitudes da crise sem deixar de dar as respostas necessárias às suas populações; que paga a tempo e horas a trabalhadores e empresas, transitando de ano sem dívidas vencidas; que investe mais no concelho em prol das suas populações pois tem conseguido reiteradamente libertar receita corrente para investimento.

Um projeto que respeita e defende o serviço público de qualidade.

Tempos atribulados ainda se nos apresentam pela frente.

Tempos que porão, uma vez mais, à prova a capacidade de trabalho, a dedicação, a competência e também, porque não, a criatividade de todos os que contribuem, na Câmara e nos SMAS para achar soluções e por em prática este projeto de serviço público.

Estamos convictos que, à semelhança do que tem sido realizado em Almada, os desafios serão ultrapassados.

Em prol dos Almadenses, de Almada e na defesa do Poder Local Democrático!

E agora apenas para dar aqui uma pequena nota acerca do suposto fim da crise que ontem foi aqui dito e reiteradamente repetido, porque alguns indicadores que até constam do Relatório e Contas da Câmara e que demonstram supostamente o contrário daquilo que se afirma que a crise existe. Se não vejamos, formação bruta de capital a preços constantes 2011, subiu 2,54% este ano, mas nos últimos três



anos, ou seja 2011, 2012 e 2013 os anos da troika desceu 31,96%. Se formos olhar para o PEC que foi apresentado e se somarmos a taxa mais alta que lá vem de perspectiva de subida são 5%, então precisaríamos de oito anos para recuperar só os níveis de 2010 com a taxa atual serão 15. O consumo privado das empresas desceu nos últimos três anos 10.55 com a taxa atual cinco anos. O consumo público desceu 9,5 nos últimos três anos, a balança comercial de importações/exportações voltou a negativa este ano, 69 mil milhões das exportações, importações 70 mil milhões. O PIB desceu 7,29% nos últimos três anos com esta subida de 0,9 dariam oito anos para recuperar se foram os 2,4 que o Governo diz, serão mais ou menos três dias²/anos² para recuperar. Mas também é verdade que no último ano o PIB, se formos ver em termos trimestrais, o último trimestre precisamente aquele que menos cresceu 0,9; 0,9; 1,1; 0,7 foi o que cresceu menos. Isto apenas quer dizer que afinal de contas aquilo que existiu este ano, aliás à semelhança do que existiu em 2010 em que o PIB também subiu mas que depois em 2011 voltou a descer quando em 2009 tinha descido, não nos traz tranquilidade nenhuma para o futuro em termos daquilo que se diz da crise ter terminado.”

6.1.1.5 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

O documento que hoje e ontem aqui discutimos e que aqui votaremos como aqui foi dito é um documento que resulta da aplicação do Plano aprovado nesta mesma Assembleia em dezembro de 2013.

A minha Camarada de bancada já ontem se referiu a alguns aspetos e referir-me-ei a outros, no sentido de justificar aquilo que não será surpresa. Nós absteremo-nos na votação deste documento também. Gostaríamos de realçar no que diz respeito ao IMI, para além da mais do que evidente dependência das contas desta autarquia em relação a este imposto, há uma subida de valores cobrados que é uma tendência que já se vem registando nos últimos anos. É expectável que este ano com o fim da cláusula de salvaguarda essa subida venha a ser ainda superior. Nesse sentido nós registamos com agrado a proposta e a sua aplicação da redução da taxa do valor do IMI nesta autarquia, continuaremos a pugnar pela sua descida no sentido de podermos aliviar de certa forma a carga fiscal dos cidadãos e das cidadãs em Almada.

Gostaríamos de chamar a atenção para aspetos que nosso entender no decorrer deste ano não correram tão bem e que têm sido ao longo de várias Assembleia



Municipais e não só, alvo da nossa atenção. O estado geral das estradas do Concelho; o estado geral dos arruamentos do Concelho, apresentam sinais de decadência, de degradação, nalguns casos em situações verdadeiramente catastróficas de ausência de alcatrão e de ausência de arruamentos condignos para as pessoas e para os carros também. É algo que urge corrigir, é algo que merece uma atenção se calhar redobrada por parte deste Executivo. Verificamos também em parte do ano transato alguns problemas com a recolha de resíduos e limpeza dos arruamentos. Estamos em crer que a situação não está igual ao que estava e estamos em crer que se deverá muito naturalmente à contratação de novos trabalhadores que como sabemos esteve este e outros Municípios impedido de o fazer, com custos como é evidente para o serviço prestado aos cidadãos. Sabemos que o lado contrário desta moeda é quem nos diz constantemente que os serviços não funcionam, que os serviços não prestam, por outras palavras, e o que importa é privatizar esses serviços. Não. Nós queremos que os serviços funcionem, queremos que continuem na esfera pública, entendemos que devem as autarquias terem as condições necessárias para que os serviços sejam prestados dignamente.

Ainda no que diz respeito aos trabalhadores, não queremos deixar de saudar a melhoria aqui anunciada e verificada nas suas condições de trabalho e conforto concretizada com os melhoramentos efetuados nas instalações de apoio.

Gostaríamos de chamar atenção para o que está na linha 5.30, na página 167 e 168 e que diz “Iniciar a elaboração do Plano Municipal Contra a Violência Doméstica, em articulação com as entidades de apoio à vítima.” Em nosso entender o que está a seguir não concretiza o que é o propósito desta linha, ou seja, temos dificuldade em verificar com o que ali está inserido, com o que ali foi feito que tenha a ver de facto com a elaboração de um Plano Municipal Contra a Violência Doméstica. Pode ser falha nossa, no entanto entendemos que se o Plano não está já elaborado ou se não está em funcionamento que devemos olhar com redobrada atenção também nestes casos, tendo em conta a situação que temos vivido no nosso País e que é do conhecimento de todas e de todos. Chamo também atenção para a página 124, a linha 4.29 onde se pode ler “Dinamizar e promover a rede de equipamentos municipais para a juventude - Casas Municipais da Juventude”. A dado passo lê-se depois, “Desenvolvimento nas Casas Municipais de Juventude, oferta diversificada de atividades”. Isto já foi alvo de conversa suscitada por nós em sede de Comissão, mas nós gostaríamos de deixar também aqui a ideia de que o que se passa para fora é



que a Casa da Juventude de Cacilhas - o “Ponto de Encontro” está em desativação, está em degradação também dos serviços que presta e nós não gostaríamos, porque entendemos que é um espaço simbólico para a juventude de Almada e gostaríamos que se mantivesse e gostaríamos se calhar que fosse olhada com outros olhos por forma a ser revitalizada e reconquistar uma dinâmica que já teve não há muito tempo. Entretanto também muito necessária, muito urgente a concretização da tão prometida Casa do Professor.

Já aqui falámos também nesta Assembleia sobre os Mercados e sobre a necessidade de efetuar um levantamento das reais necessidades de cada um e também sobre a necessidade dos Regulamentos dos Mercados serem alvo da nossa atenção. É urgente perceber se os motivos que estão por trás de tanto espaço vazio nos nossos Mercados encontra explicação ou não nesses Regulamentos que existem para os nossos Mercados.

Em relação aos festivais de Surf, ao Sol da Caparica e à Costa da Caparica nós não estamos nem nunca estivemos, como é sabido, que a realização destes festivais entendemos que a Costa da Caparica como pólo de turismo merece toda a nossa atenção. Continuamos a dizer, continuaremos sempre a dizer, também quem lá vive os doze meses do ano merece a nossa atenção e merece condições dignas para viver, como tal tudo aquilo que nós dizemos normalmente em relação aos festivais e não é uma questão menor, tem a ver com os voluntários, é para nós uma questão de princípio, continuaremos a bater-nos por ela aqui e em todos os lugares

Continuará também o Bloco de Esquerda a bater-se pela Loja do Cidadão, pela introdução do orçamento participativo no nosso Concelho, porque consideramos que nos tempos que correm todos os instrumentos que nós tivermos que possibilitem a aproximação dos cidadãos e das cidadãs ao Poder Local são benéficos e ajuda a revitalizar a nossa democracia.

Continuaremos a defender a reposição das 11 Juntas de Freguesia do nosso Concelho, entendemos que esta é também a melhor forma de defender o Poder Local e a sua autonomia.

Sublinhamos finalmente, tal como a Sr.^a Deputada Luísa Ramos aqui o fez que muitos dos avanços registados nas Áreas sociais desta autarquia resultam de propostas e de contributos do Bloco de esquerda.”

6.1.1.6 - A Sr.^a Deputada Municipal Eva Gomes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;



Com o Governo a impor às autarquias locais uma asfixia financeira, a CMA no seu primeiro ano do atual mandato, cumpriu o compromisso assumido com os almadenses. O Relatório e Contas que a CMA aqui nos apresenta, revela a dinâmica, capacidade e rigor na assunção de compromissos e na conseqüente execução do Plano e Orçamento do ano transato em áreas fundamentais da intervenção autárquica.

A valorização da criação e fruição cultural pelos jovens, a promoção da atividade física e do desporto e o apoio ao Movimento Associativo Juvenil são exemplo das políticas de juventude municipais, que estimulam e fomentam a participação ativa dos jovens no dia a dia do Município.

E, desde já, aproveito para saudar as várias ações de luta dos estudantes das Escolas Básicas e Secundárias do Concelho bem como da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa que no passado mês de março, e em especial no dia 24, Dia do Estudante, gritaram contra o desinvestimento na Educação previsto no Orçamento de Estado de 2015, exigindo mais financiamento e melhores condições materiais e humanas.

Nas áreas de Educação, Formação e Conhecimento, a CMA promoveu a qualidade do sistema educativo em colaboração com a comunidade educativa, agindo no sentido de assegurar o sucesso escolar.

No capítulo da gestão da carta educativa, apresentou propostas de ampliação da rede escolar, aprovando o programa e o desenvolvimento da EB 1º Ciclo com JI da Charneca de Caparica.

Executou o plano de conservação e manutenção do parque escolar, recuperação, beneficiação e modernização com vista à elevação da qualidade do ambiente educativo.

Aprovou a substituição de seis coberturas de chapa de fibrocimento por novas coberturas em chapa lacada com isolamento térmico, embora a avaliação realizada pelo Instituto Nacional Dr. Ricardo Jorge que considerou todos os locais analisados limpos de contaminação do ar pelas referidas fibras.

Acompanhou e implementou ofertas formativas em função das novas necessidades de desenvolvimento local.

Também o Executivo Municipal não esqueceu a formação ao longo da vida, com o apoio às diferentes estruturas de ensino existentes no Concelho, conhecidas por “universidades sénior”.



Apostou no acompanhamento e trabalho de parceria através da valorização do Pólo de Ensino Superior que possuímos no Concelho.

Prosseguiu o trabalho junto das Escolas Básicas do 1º Ciclo e Jardins de Infância, prestigiando a relação de proximidade com a comunidade educativa, as suas dinâmicas e participação na vida local.

Deu-se continuidade ao desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular (AEC), assim como ao programa de ASE - Ação Social Escolar, ao transporte escolar. Lançou o programa “Pasta Escolar” com reconhecido êxito, um apoio dado a todas as famílias que matriculam os seus filhos no 1º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico nas Escolas Públicas do Concelho, num momento em que as desigualdades se acentuam. Assegurou o fornecimento de refeições a todas as crianças do Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo.

Melhorou a acessibilidade ao programa “Almada Cresce Consigo”.

Assegurou, ainda, as Atividades de Animação e da Componente de Apoio à Família.

Participou regularmente nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas.

Consolidou a sua ação no âmbito da lógica de Almada enquanto “Cidade Educadora”.

E, melhorou a rede de bibliotecas escolares e os diversos serviços educativos dos nossos equipamentos culturais.

Por outro lado, nos grandes projetos estruturantes para o Concelho, o Executivo Camarário exigiu o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica que ficou bloqueado com a liquidação da Sociedade CostaPolis, medida tomada pelo Governo.

O desenvolvimento e o investimento na Costa da Caparica, assumiu-se ainda mais urgente com as violentas intempéries, do início do ano de 2014, que provocaram a perda de areia em particular nas praias situadas a norte e comprometeram a atividade económica e o bem estar dos munícipes residentes.

Foi com o objetivo de minimização destas consequências que a autarquia reuniu esforços. Enquadrado numa campanha específica de promoção turística da Costa da Caparica, realizou-se a primeira edição do Festival “O Sol da Caparica” e lançou-se o Programa ReDuna que visa a recuperação da duna de São João.

Ultrapassando as suas competências e responsabilidades, o Município, substituindo a Administração Central, executou obras na estrada da Foz do Rego que permitiu a sua reabertura no período de verão, depois de ter sido encerrada devido às intempéries.



Concluindo, valorizamos os esforços da autarquia que, embora num panorama de asfixia financeira por parte das políticas do Governo Central, continua a promover e a investir no desenvolvimento sustentável do Concelho, através de uma gestão equilibrada, direcionada para a população e para as suas vontades.”

6.1.1.7 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

Início a minha intervenção com uma consideração a propósito de algo que foi dito na reunião de ontem e retomado agora. Portanto, na sequência da minha intervenção o Sr. Presidente da Assembleia referiu que na sua opinião este ponto da ordem de trabalhos em que estamos se dirige apenas à apreciação do Relatório e Conta de Gerência, coisa que não estava a ser feita, embora reconhecesse cada um geria o seu tempo como melhor entendesse. Eu permito-me discordar da opinião do Sr. Presidente, embora o Sr. Presidente saiba que eu muito o estimo pelo desempenho que tem tido nestes longos anos em que eu tenho estado nesta Assembleia. E discordo porquê? Todos nós, todos aqueles que se interessam por políticas públicas e começam a estudar políticas, o primeiro aspeto com que se deparam é o que é que é uma política pública? E uma política pública é tudo aquilo que a Administração, o Governo ou a Autarquia, ou qualquer entidade pública, é tudo aquilo que a Administração decide fazer ou não fazer. E portanto quando nós nos debruçamos sobre a atividade da administração durante um período de tempo neste caso e durante o ano 2014, o que está em análise é aquilo que foi feito e aquilo que não foi feito. E portanto quando eu intervenho aqui sobre aspetos do Concelho que tiveram ou não tiveram um adequado tratamento durante o ano de 2014, eu estou-me a debruçar sobre a política desenvolvida no Município e relativamente ao Município num intervalo de tempo em análise e penso que faço bem. A tese do Sr. Presidente foi perfilhada hoje pela Sr.^a Deputada Luísa Ramos também no mesmo sentido, mas felizmente desmentida logo a seguir pelo Sr. Deputado Carlos Revés, que veio aqui falar de tudo menos do Relatório e Conta de gerência, mas bem, porque referiu também aspetos relevantes para a vida do Município durante o intervalo de tempo que está em análise.

Depois desta pequena nota gostava de me referir como anunciei ontem aspetos relacionados com a política fiscal do Município. Todos temos presente que durante o ano 2014, foi arrecadado um conjunto de receita por via fiscal, sendo que a parcela mais relevante foi exatamente a resultante do IMI e a decisão sobre a taxa a aplicar



ao IMI foi tomada em 2013, em novembro de 2013 numa reunião realizada na Trafaria. Nessa reunião a Câmara Municipal tinha como instrumento que suportava a proposta que apresentava um cenário, este ano temos outro tipo de cenários que estão em análise em termos político. Na altura o Sr. Presidente também tinha um estudo com vários cenários cada um deles com uma explicação de uma determinada taxa. E a opção do Sr. Presidente da Câmara foi pelo cenário c, o PS na altura entendeu que estavam reunidas as condições para que a taxa descresse mais e propusemos que fosse adotada uma taxa de 0,36%. A argumentação da Câmara e dos Srs. Deputados da CDU foi no sentido de que era uma proposta aventureirista, arriscada que mesmo assumindo como bom o cálculo que eu tinha apresentado seria um pouco acima de um milhão de euros mesmo que fosse esse valor estaria para lá da possibilidade de acomodação das contas da autarquia. E portanto, foi adotada uma taxa de 0,39 para aplicar ao IMI. O que é que nós fomos verificar? Fomos verificar que claramente o ano 2014, a arrecadação do IMI subiu significativamente relativamente à arrecadação do ano anterior e subiu muito significativamente e por outra afastou-se muito significativamente do cenário adotado pela Câmara como cenário que sustentava a sua proposta. No cenário C, aquilo que se previa para 2014 por aplicação da taxa de 0,39, era vinte e seis milhões setecentos e vinte e sete mil e oito euros, o que veio a ser arrecadado foram vinte e nove milhões oitocentos e noventa e dois mil seiscentos e sete euros e oito cêntimos. Portanto, um aumento de perto de três milhões e meio. E um crescimento de mais de 7%. O que é que nós podemos concluir daqui, podemos concluir que os portugueses nos últimos anos tiveram nas palavras de um antigo Ministro das Finanças um colossal aumento de impostos e que em Almada tiveram um colossal aumento do IMI por decisão da maioria da Câmara e da maioria da CDU desta Assembleia. E mais, ficou provado que se tivesse sido aprovada a proposta apresentada pelo PS, mesmo assim a cobrança de IMI teria sido superior à verificada em 2013. O que é que se pode concluir daqui? Pode-se concluir que infelizmente a CDU não quis apoiar as famílias do Concelho de Almada e também a economia do Concelho de Almada, agindo fiscalmente no que estava ao seu alcance e alinhou com a perspetiva desenvolvida pelo Governo em termos fiscais de esmagamento da classe média, da classe trabalhadora do País. E este aspeto não pode ser negado que está à vista de toda a gente. Mas tendo-se verificado isto, e já não podendo corrigir a decisão que foi tomada para 2015, porque em 2015 todos nós sabemos e estamos de acordo com



isso, a cobrança de IMI ainda vai ser superior. Se ainda vai ser superior e se foi adotada uma taxa de 0,38 vamos ter de facto um esmagamento maior da nossa população. E isto deve-nos levar a refletir e a agir em conformidade da próxima vez que estiver ao nosso alcance a decidir sobre esta matéria. É que a nossa população precisa de algum alívio, precisa de uma intervenção de quem está ao seu lado, para minorar a sua situação de aflição perante a situação económica do País e perante o esmagamento fiscal a que foram sujeitos. E se mais não houvesse este motivo era mais que suficiente para nós votarmos contra o Relatório de Atividades e a Conta de Gerência. Mas há muitos mais motivos porque nós vemos por aquilo que fez e por aquilo que não fez e por aquilo que fez com insuficiências a Câmara também é merecedora de censura. E nós de forma leal como eu anunciei também nessa reunião da Trafaria estamos aqui para fazer oposição à Câmara, e desafios a provarem de forma factual que o que eu argumento aqui e o que argumentei ontem é falso. É esse o desafio que eu deixo. As apreciações obviamente não estou a contar que as partilhem, agora a parte factual das minhas intervenções excelentíssimos colegas da Assembleia é verdadeira e é documentado.”

6.1.1.8 - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

Sobre as questões colocadas pela Sr.^a Deputada Odete Alexandre em relação à preocupação com o Plano Municipal de Emergência, estamos próximo de ter um novo Plano. Estamos a seguir, como já temos vindo a dizer noutras ocasiões o procedimento legal a que estamos obrigados para a constituição de um Plano, no próximo dia 13 de maio vai ser feita a reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil onde vai ser aprovada a parte pública do Plano, uma parte que é reservada, uma parte que é pública. A parte pública irá ser aprovada na Comissão Municipal de Proteção Civil, no dia 13, está marcada e depois será colocada em consulta pública durante o prazo de 30 dias, após esse prazo de 30 dias irá ser remetido para a Autoridade de Proteção Civil, no sentido de ser dado o Parecer para que a Comissão Nacional de Proteção Civil que reúne normalmente em dezembro, sensivelmente por aí, possa dar o seu Parecer final ao Plano Municipal de Proteção Civil. Este processo todo não implica que obviamente o Plano Municipal de Proteção Civil que está em vigor, o que mudou foi a legislação enquadradora dos Planos Municipais e irá mudar muito brevemente, nós vamos tê-lo aprovado e passado pouco tempo irá ser alterada



esta legislação também, mas são contingências também da adaptação dos Planos às novas realidades e ainda bem que vai ser, quanto a nós, para melhor. Mas está em vigor aquele que existia até agora.

Os locais de concentração que foram também referidos que não estão disponíveis. Eles estarão disponíveis após a aprovação do Plano, nesta parte pública do Plano eles estarão também visíveis para quem quiser aceder a esta parte pública do Plano, mas neste momento já nos vários Planos que estão aprovados, nos Planos exteriores de emergência das empresas abrangidas pela diretiva... que estão disponíveis existem os locais que estão lá assinalados como noutras situações penso também em relação aos Planos das Escolas também têm estas indicações. De qualquer forma quem tem a responsabilidade de gerir o Plano no que diz respeito a esta área dos locais de concentração e erradicação são no caso as Forças de Segurança que terão que mobilizar as pessoas numa situação de eventual emergência. São constituídas células de emergência, esta concreta sobre os locais de evacuação estão sobre o encargo das Forças de Segurança.

Os corpos de voluntários mais permanentes e que estamos a falar e que temos referido, existem dois tipos de voluntários de Proteção Civil, aliás está prevista para breve regulamentação acerca do voluntariado na Proteção Civil e esses voluntários podem ser mais ocasionais como é o caso agora do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios que foi recentemente aprovado também e que todos os anos tem lugar onde há um conjunto de voluntários que ocasionalmente colaboram na execução deste Plano e patrulhamento de matas, etc.. Tudo isto também já falámos por várias vezes e existem os voluntários permanentes e são esses que queremos criar aqui um Corpo de Voluntários que pode incluir, que há gente com formação, pode incluir psicólogos, pode incluir gente das mais diversas áreas de formação que possa ajudar em determinadas situações de emergência que tenham esta preocupação. É nisso que estamos a falar.”

6.1.1.9 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

Sim, fazer com certeza uma intervenção detalhada sobre aquilo que foi a execução da atividade em 2014. De qualquer maneira sublinhar alguns aspetos fundamentais e aproveitar para poder esclarecer ou dar a nossa opinião em relação a alguns aspetos que aqui foram referidos pelos Srs. Deputados.



No devido tempo foram distribuídos os documentos fundamentais que permitiram a apreciação dos Srs. Deputados, foi dada a possibilidade de se antecipar essa distribuição através de uma informação aos responsáveis dos Partidos que estão aqui nas várias bancadas com elementos que estão refletidos na introdução do Relatório e portanto seria um pouco repetitivo pelo menos para alguns de vós voltar a fazer a mesma apresentação. Não se trata de nenhum desrespeito pela Assembleia, trata-se sim de aproveitar aquilo que é o tempo de um Órgão onde todos participam com maior empenho com certeza, mas que tem por objetivo deliberar sobre as matérias que aqui se trazem.

Primeira questão na apresentação de contas é que elas sejam rigorosas, e rigorosas nas contas e rigorosos nos números. Foi chamada atenção para um aspeto, já na reunião da Comissão, relacionado com os compromissos. O que se passa é que a forma como se estabelecia os compromissos em relação a cada ano se alterou em 2013 para 2014. Portanto, há dois tipos de compromissos, há os compromissos que a Câmara assume em relação aos projetos que tem e que se desenvolvem em vários anos, são compromissos plurianuais, fazemos um contrato com uma determinada empresa para prestar um serviço durante dois ou três anos, esse compromisso fica registado e portanto tem que aparecer nas contas. Era assim que se fazia, era os compromissos assumidos plurianualmente com outras entidades, seja para obras, seja para prestação de serviços, o que somava em 2013 catorze milhões seiscentos e oitenta e sete mil euros e que transitavam para 2014. Mas em 2014 a esse valor teve que passar a juntar-se o valor da dívida e por isso é que onde estava em 2013 catorze milhões seiscentos e oitenta e sete mil euros aparece em 2014 quarenta e sete milhões setecentos e quatro mil euros, porque se juntou o valor da dívida. A dívida de facto que era em 2013 de trinta e oito milhões quinhentos e dezanove mil euros, reduziu-se para trinta e quatro milhões trezentos e dezoito mil euros, portanto uma redução de 4,2 milhões de euros, a dívida da Câmara a entidades financeiras fundamentalmente e em relação aos compromissos se mantém praticamente os mesmos. Essa a razão em relação ao problema levantado pelo Sr. Deputado Pedro Matias, essa a razão da tal discrepância que penso que ficará esclarecida desta forma.

Naturalmente que o Orçamento de 2014 e Plano de Atividades de 2014 se, se derem ao trabalho de ler o que está escrito na Proposta de Orçamento aprovado em 2013 para 2014, era condicionado pelas preocupações relacionadas com o quadro



macroeconómico. E portanto, é preciso dizê-lo claramente o ano 2014 tinha como orientação básica, não uma orientação de grande projeção, mas essa componente de investimento estava lá, mas fundamentalmente ainda de resistir a um quadro macroeconómico de grande incerteza e para sermos sérios independentemente deste posicionamento que tenhamos, se é possível falar hoje em clarificação positiva no sentido de outras ou ausência de clarificação, na nossa opinião o que é certo é que no início de 2014 estávamos muito longe ou muito mais longe de qualquer clarificação. Mesmo da parte dos Partidos que constituíram o Governo e que recentemente ou praticamente a seguir levou também a substituições e alterações importantes até no quadro governativo em torno destas mesmas matérias. O quadro que tínhamos para 2014 era de incerteza, a nossa posição é resistir, enfrentar da melhor maneira possível uma situação em relação à qual não se avista uma saída e sobretudo não se avista uma saída boa em relação aos projetos que alimentamos de uma Almada sustentável e de uma Almada que sirva os seus habitantes. Naturalmente que em relação à evolução do quadro eu lembro-me um pouco aquela história que foi falada na altura por um conhecido Deputado na Assembleia da República e que em discussão com o Sr. Primeiro Ministro dizia que o Pedro estava a 6 metros de profundidade e passou para 4 metros. Ele dizia, que o Pedro está-se a salvar e outros diriam que se continua a afogar. Em outra altura desceu, tinha passado dos 4 para os 6 e portanto ele afundou-se 2 metros, mas aqui podemos estar na situação um pouco parecida, o Pedro está a 30 metros de profundidade, passou a estar a 16 metros de profundidade, alguns dirão o Pedro vai-se salvar, outros dirão o cadáver está a vir à superfície. Porque é isso que acontece quando se está muito tempo debaixo de água e a gente se afoga, esperemos que não aconteça com ninguém, o corpo entretanto em putrefação produz gases e a partir de certa altura naturalmente o corpo vem à superfície. É assim, isto é uma realidade. Quanto a gente fala em melhoras no quadro económico da dimensão daquelas que estamos a falar convenhamos, para um homem da minha idade ou de alguns daqueles que aqui estão, nós sabemos que estamos a falar de coisas milimétricas, nós estamos longíssimos daqueles crescimentos que seriam necessários e que são necessários para o País. Longíssimo. Um quadro de referência que se baseie em 0,9; 1,1; 1,2 magnífico, bestial. Desculpem, é o próprio Governo que diz, o Vice Primeiro Ministro, sem crescimento 2%, não é possível que haja alterações significativas em relação ao volume de desemprego, nem sequer é preciso ser da oposição ou do Governo,



estamos a falar de dentro do Governo, é isso que se diz. A realidade é que o quadro macroeconómico não tem sido favorável ao desenvolvimento da atividade económica que se reflete num aumento das receitas por parte dos Município e também numa melhoria da qualidade de vida dos Municípes, designadamente às questões que são fundamentais. Isso não se verificou e desculpem-me um pouco até às vezes parece que nós poderíamos resolver um problema com uma estratégia de um género PPP avançada, Parceria Pública Privada avançada, em que não eram as empresas privadas a fazer o financiamento dos projetos, mas em que seria o Estado a fazer o financiamento dos projetos para depois os entregar às empresas. As vezes é isso que parece. Quer dizer, era um certo socialismo empresarial. Não é possível. Não é possível. Aliás, quando tentámos fazer isso houve aqui uma certa indigestão nalguns casos, porque aquilo que eram os nossos projetos de investimento em relação às empresas, o caso da passagem superior do Parque Urbano, oitocentos mil euros, à volta disso, ou o caso das instalações da Universidade Sénior, um milhão e duzentos, ou cento e tal de euros de obra; ou em relação àquilo que ainda teve sobressalto significativo das instalações do Cineteatro da Academia; Estação da Costa, SMAS, enfim, houve vários casos de importantes investimentos do Município em que as empresas não aguentaram e nos criou sérios problemas. E por outro lado é preciso dizer também o que é verdade naquilo que é a atividade e o apoio micro a muitos e muitos empresários. Ele assenta nas boas contas da Câmara aos seus fornecedores, é uma ajuda enorme às empresas que têm a certeza que vão receber aquele dinheiro na data prevista e que portanto não estão dependentes da sua atividade de qualquer recurso ao crédito para fazerem uma espécie de financiamento encoberto à autarquia ou ao Estado. Isso aqui não acontece. E quando vêm dizer que a Câmara de Almada em relação às empresas e em relação aos empresários tem o quadro que aqui nos trazem, desculpem não estão a ter em conta a realidade. E quais são os grandes investimentos? Sim, há muitos, é possível, mas aqueles que parecem estar mais ao nosso alcance e em relação ao qual existe também alguma sinergia de atividade com o próprio Governo, vamos dizer assim, que são as questões da Baía do Tejo, todos sabemos o que é que se está a passar. Podíamos dizer, sim senhor, a Câmara Municipal está a passar. Podíamos dizer, sim senhor a Câmara Municipal devia ter feito. E o Governo o que fez em relação à Baía do Tejo? O que é que está para acontecer? Tínhamos o projeto, os usos transitórios dos espaços que lá estão, o que é que nos disseram? Calma que há aí um promotor, até ao final de março nós



aguantamos e depois vamos falar com o promotor e se o promotor achar que podemos utilizar os espaços para usos transitórios então vamos avançar, tendo em conta a opinião do promotor. Alguém me ouviu voltar a falar em espaços, utilização temporária dos espaços da Margueira desde o início de janeiro, nunca mais houve declarações públicas do Presidente da Câmara sobre essa matéria. Respeito absoluto pela cautela e caldinhos de galinha que tínhamos tirado da reunião com a Administração da Baía do Tejo sobre essa matéria. Lealdade sobre essa matéria, que fique claro, da nossa parte os negócios que tenham que se fazer, se é do interesse comum contam connosco, agora não aconteceu nada até ao final de março, zero até ao final de março. Não sabemos nada do que se está a passar. É o Grupo Chinês que dizia que vinha investir mil e duzentos milhões de euros. Eu estou a dizer isto, porque foi publicado, não fui eu que o disse. Por vinte anos, sessenta milhões de euros por ano, então isso não era uma coisa importantíssima, comparar isto com o resto é comparável? É nisso, isso sim. Depois há as outras coisas. Mas naturalmente tem que haver aqui algum respeito pelos interesses de Almada e tenho ideia que da parte das empresas pelo menos que haverá interesse em manter esse respeito quer pelos cidadãos, quer pelo ambiente, porque isso é fundamental que seja garantido, porque nós passamos, as empresas passam, mas o ambiente fica e é necessário para o nosso futuro. Há coisas que são fundamentais nós salvaguardarmos e isso procuraremos sempre fazê-lo. Mas que fique claro em relação a esta área de atividade. E a questão, voltando às questões das contas, eu penso que a questão do IMI já foi suficientemente esclarecida e está suficientemente fundamentada naquilo que acabei de dizer. Nós não estamos num quadro em que três quartos das nossas receitas vinham da atividade própria e um quarto vinha da atividade dos impostos, das taxas ou da atividade fiscal. Essa situação inverteu-se completamente, é completamente o inverso disso. E quem é responsável pode fazer as coisas de outra maneira? Então pensamos que se Lisboa que aumentou as suas receitas em 30%, se não pudesse contar com os visto gold e se não pudesse contar com o IMT das transações em Lisboa no contexto da situação que ali se vive hoje com o potencial turístico que ali tem, que teria condições para se aguentar à conta do IMI ou à conta da Derrama? E depois calma, a gente não pode ter às terças, quartas e sextas pedir que não à Derrama e depois no outro dizer, “é pá, olha que eles cobram mais Derrama do que vocês”. Calma. Nós temos uma isenção da Derrama e até temos uma bonificação, temos isenção abaixo dos cento e cinquenta mil euros e temos não



1.5 mas 1.45 é um sinal, acima dos cento e cinquenta mil euros. E também houve sinais para o cidadão, é muito difícil nós dizermos, desculpem que lhes diga, se a gente baixa a taxa e depois dizemos, nós sobretudo carregamos diminuindo a taxa, então eu pago um IVA de 23%, agora passei a cobrar 20% e eu digo estou a sobrecarregar o cidadão? Então se baixei, baixei para todos. O que se passa é que o número dos que estão cobertos é que aumentou. O número dos que estão a pagar IMI aumentou. Podemos dizer, bem, mas podíamos ter descido a taxa mais ainda, podíamos ter descido a taxa, mas isso calma já disse no início. No final de 2013 para 2014 nós olhávamos para as nossas contas e era segurar, segurar, segurar. E não pôr em causa a nossa sustentabilidade. E dissemos também, se a receita global voltar a subir em 2014, nós para 2015 vamos voltar a descer, e fizemo-lo, voltámos a descer. Mas calma, temos que ir descendo, aterrando suavemente em relação a esta matéria, porque sem que haja uma alteração em que por via do desenvolvimento e da atividade económica, enfim possamos ter receitas de outras fontes, temos que ter todo o cuidado, mas isto estamos a fazer todos os Municípios do País, é ler as conclusões do Congresso da ANMP sobre estas matérias. Dos cerca de oitocentos ou mais de oitocentos representantes dos Municípios que lá estavam e das autarquias, só sessenta e dois é que se abstiveram. E a questão da abstenção não teve nada a ver com isto, porque sobre isto o voto foi praticamente unânime. Os sessenta e dois foi sobretudo por causa da questão das transferências de competências para os Municípios, não teve nada a ver com esta questão. Porque a avaliação global sobre os impactos da política económica global e macroeconómica dos Município foi praticamente uma avaliação que é unânime independentemente das cores e dos Partidos que detêm a gestão das autarquias. E portanto nesta matéria pensamos que aquilo que é importante ter é fundamentalmente o bom senso e ter cuidados.

Em relação às questões de outra natureza que aqui foram colocadas em relação à atividade desenvolvida é preciso ter em conta o seguinte. Nós começámos o ano 2014, quando olhamos para os nossos próprios recursos, sem referirmos agora as questões de ordem financeira, nós tínhamos em relação aos sectores operacionais da Câmara menos 27% dos trabalhadores necessários para desenvolver aquela atividade. Encontrámos um ano em que a situação do ponto de vista climatérico foi mau quer na Costa da Caparica, quer por todo o lado e tínhamos problemas que era necessário resolver quer em relação à salubridade urbana, quer em relação ao tratamento do espaço público, de uma maneira geral. Nunca escondemos isto. Vão a todas as atas



da Assembleia Municipal, por iniciativa do Presidente da Câmara ou iniciativa dos Srs. Vereadores esta questão foi sempre colocada, que não estávamos satisfeitos com o tratamento do espaço público. E também sempre dissemos que uma parte desse problema radicava na falta de recursos humanos. E por isso decidimos, é preciso dizê-lo, porque ninguém disse, nós assumimos fazer contratação e pessoal para estas frentes de trabalho assumindo que o Governo nos pudesse aplicar multa pelo facto de termos que estar a fazer essas contratações e ainda não estamos livres de nos poderem vir a reter receitas por o termos feito. É preciso que os cidadãos, os Munícipes percebam isso, e os Srs. Deputados também, nós assumimos fazer os contratos que aqui estão, assumimos fazer os contratos correndo esse risco. Mas tínhamos que o fazer. E o que é que se passou? Contratámos cerca de 170 trabalhadores, praticamente no final do ano, o número de trabalhadores contratados. Provavelmente fomos a empresa da Península de Setúbal que mais pessoas contratou durante o ano de 2014. Câmara de Almada provavelmente foi a empresa que mais pessoas contratou dando emprego durante o ano de 2014. Nunca falámos nisso, mas se calhar é necessário lembrá-lo e fazer as contas. Os concursos tinham milhares de trabalhadores, todos tiveram que ser avaliados. Praticamente só no início do ano de 2015 é que tivemos as equipas constituídas e ainda não está tudo resolvido, há Encarregados e há situações várias que é preciso resolver, porque as equipas alargaram-se e naturalmente que isto não se carrega no botão e as coisas aparecem imediatamente feitas.

A questão do espaço público tornou-se central, mas tornou-se particularmente grave a partir da situação que decorreu na Costa da Caparica. Respondemos à Costa da Caparica na medida das nossas possibilidades e num quadro em que o principal instrumento de intervenção na Costa praticamente deixou de existir que é a CostaPolis. A resposta assentou muito na iniciativa da Câmara, naturalmente com a população da Costa, com as outras entidades que trabalharam e que trabalham na Costa da Caparica. Mas estivemos lá, mas tínhamos os recursos também para o poder fazer. Para a duna de São João com os duzentos e sessenta mil euros e esperamos que voltem outra vez ao cofre da Câmara, esperamos que voltem. Mas tivemos que nos adiantar. Em relação ao Festival e em relação a outras iniciativas que ali tivemos, há uma parte que se recupera, mas tivemos que ter o dinheiro para avançar com os projetos. E tivemos que ter a disponibilidade material dos técnicos, dos funcionários, porque os dias têm 24 horas e se estamos ali não estamos noutra



aldo. Também é preciso ter isso em conta. Mas respondemos a essas necessidades. Pensamos que respondemos. Podíamos dizer, podíamos ter respondido melhor, achamos que no essencial estivemos à altura. Tivemos outras coisas novas, a questão do fibrocimento, por exemplo, quem se lembraria que naquela altura se iria falar no fibrocimento com a força e com a acutilância, com a urgência como as coisas foram colocadas. Entendemos, foi dito aqui e voltamos a dizer, trata-se da saúde e da segurança das crianças, mas também daqueles que lá trabalham e portanto entendemos, havia possibilidades os setecentos mil euros, à volta de setecentos mil euros era necessário fazer avançar para que as Escolas da responsabilidade da Câmara, as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, esse problema ficasse resolvido. Até porque resolvendo nós aquilo que é da nossa responsabilidade entendemos que estamos em melhores condições para exigir do Governo que faça a sua parte. E nós da nossa parte fizemo-lo e o que ainda não está feito está a ser feito. Pedimos o estudo ao Instituto Ricardo Jorge, mas não haja confusões e estas coisas depois dá-se para aproveitamentos que não ficam bem a quem os levanta. Mas já agora digo, a questão central do estudo ao Instituto Ricardo Jorge tem a ver com outra coisa. É que o problema do fibrocimento ou do amianto se quisermos é um problema que se pode só revelar ao fim de 40 anos, estamos a falar de quem tem 6, 7, 8, 9 anos e portanto é necessário saber agora, na altura em que ele lá está se ele está a fazer mal às pessoas que lá estão. Porque a gente se tivéssemos a informação do Instituto Ricardo Jorge com os níveis de partículas de amianto naquela situação eram agressivas, as pessoas que estavam naquela Escola tinham que passar a ser vigiadas medicamente, regularmente. E assim não têm que ser. Não foi encontrado, pode acontecer porque estas coisas dos níveis, enfim a gente sabe o que é, são calculados, é um valor que tem uma componente científica, mas também tem uma componente que é estatística e portanto é probabilística, mas faz crer que do ponto de vista da segurança e das responsabilidades públicas, uma coisa é ter os níveis acima daquilo que é aceitável, outra coisa é ter os níveis abaixo. Penso que é elementar, quem fala de segurança, de riscos sabe bem que as coisas são assim. Pensamos que fizemos bem.

Lançámos alguns Programas importantes do Plano Social. O alojamento para cerca de 120 famílias, é importante, até porque o fizemos na nossa área de responsabilidade. Eu volto a dizer isto, a nossa área de responsabilidade é o realojamento PER, é o realojamento PER, repito, e não me afastarei disto. Há responsabilidades do Governo



nesta área e nós estamos a assumir responsabilidades do Governo. Uma parte também do que fizemos de realojamento foi realojamento social, não é da nossa responsabilidade. Peço desculpa, não é da nossa responsabilidade. O Governo tem que ir buscar os fundos, os meios para fazer o seu trabalho, vá busca-lo onde existe, não sobrecarregue as autarquias, até porque perde autoridade moral depois para a discussão destas matérias. Estamos a fazer coisas nessa área que são responsabilidade do Governo, assim como estamos a fazer quando temos o Plano e Emergência.

A Segurança Social apoiou em Almada cerca de 1080 famílias durante o ano de 2014. Gastou penso que à volta de quinhentos mil euros para apoio a problemas de habitação, tanto quanto nos informou a Sr.^a Diretora do Centro Regional de Segurança Social. Mas nós no mês de março, primeiro mês em que efetivamente o Plano de Emergência esteve em funcionamento, mês de março já deste ano, porque foi necessário fazer as contratualizações e praticamente dos quarenta e dois casos de assistência, praticamente todos foram para questões de apoio social, o apoio dado foi à volta de quinze mil e tantos euros, o que dará, a manter-se todos os meses esse número, isto é ir supondo que não há acumulação, o que existe, estamos a falar já em cento e oitenta mil euros por ano. Isto era necessário que os que apurámos em março tivessem ficado resolvidos e depois surgiam em abril outros tantos e não havia acumulação. Bem, mas o Governo gastou quinhentos, nós estamos preparados para gastar cento e oitenta mil, duzentos mil, foi aquilo que dissemos e admitimos, se tivermos meios e recursos podemos tentar ir mais além, mas voltamos a dizer, é preciso não esquecer estas coisas, é responsabilidade do Governo fazê-lo. Nós estamos a trabalhar naquela área onde contas do Congresso da ANMP as autarquias se substituem ao Governo em mais de dois mil milhões de euros. É isto que é preciso ter em conta. Mas estamos e vamos continuar a fazê-lo.

Programa da Pasta Escolar. Lançámo-lo no 1º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico da Escola Pública. Manter, disse e mantém, se houver condições para alargar, alargaremos. Mas nós não podemos estar a alimentar em relação às famílias a ilusão de que este processo é autárquico e é infinitamente extensível. Nós temos que ter qualquer coisa, que se damos às crianças do ano 2013, ou 2014, ou 2015 temos que dar às de 2015-2016, 2016-2017, independentemente das contas que temos. A partir do momento em que o Programa é lançado, ele depois não é para acabar. Ou há alguma entidade que o substitui ou ele não pode acabar. Ele passou a entrar nos



encargos da Câmara, é como se tivéssemos aberto uma piscina ou uma coisa qualquer e depois é necessário que aquilo funcione, tem que ter luz, tem que ter água, as pessoas põem aquilo a trabalhar, todos os anos tem uma despesa. A partir do momento que o lançámos, todos os anos temos essa despesa. Nós não queremos estar a criar bolhas que depois não sejamos capazes de sustentar e que criem problemas de outra ordem.

Em relação à Ação Social, ainda queremos dizer que também noutras áreas do apoio à habitação é o próprio Presidente do IHRU que nos diz, não tenho dinheiro para fazer obras. Foi o próprio Presidente do IHRU, “Não tenho dinheiro para fazer obras, mas a Câmara fez”. Mas a Câmara fez obras. Umas opções participativas, outras através dos Programas próprios da Câmara, mas fez. E continuou a fazer e vai continuar a fazer obras. Declaro que não há pessoas abandonadas em Almada, que isto fique claro. Não há pessoas abandonadas. Nós procuramos chegar a todo o lado. Nuns lugares é mais fácil intervir, noutros é mais difícil intervir, agora pensemos assim, há certas coisas que nós gostaríamos que houvesse ou que estivesse ao nosso dispor, os recursos necessários para que rapidamente tudo pudesse ser resolvido., mas quando encaramos e estamos a preparar um Programa assente num processo de arrendamento, para resolver problemas de habitação, é porque de facto nas condições em que estamos o volume financeiro para lançar um Programa de Habitação que resolva uma parte daquilo que é necessário. Estamos a falar de sete mil pessoas ou famílias registadas nos serviços da Câmara que desejam habitação pelas mais diversas razões, sobretudo problemas de caráter social, mas de fora há cerca de mil habitações que são ainda PER, não chegam a mil, nossa responsabilidade. Façam lá as contas, cinquenta mil euros a cada uma, a quanto é que isto vai parar, cinquenta milhões? Onde é que estão os cinquenta milhões? É isso. Depois há outras causas que nós temos de acautelar e vou já a caminhar para o fim, porque não foi falado nisso. Novo Quadro Comunitário, também esteve presente, esteve presente no ano passado, naturalmente terá execução este ano porque tudo se atrasou, nós, Portugal, perdemos um ano de Quadro Comunitário, como todos sabem, embora disso pouco se fale. Mas o que é certo é que nós fizemos contas em relação ao anterior Quadro Comunitário que foi um Quadro Comunitário em que o investimento global foi de cerca de vinte e seis milhões de euros, em que o investimento da Câmara, nós não estamos em zona de convergência, foi de cerca de treze milhões, Câmara e SMAS. E nós temos que ter o



dinheiro, nós temos que ter os treze milhões de euros acessíveis para podermos fazer os processos de candidatura. E estamos a trabalhar nisso. Portanto, Srs. Deputados, nós pensamos que em relação àquilo que era o nosso propósito realizar em 2014, não é por termos uma taxa de execução de 100% na receita, de cerca de quase 90%, 89,8%, mas sim por aquilo que foi feito, nós pensamos que merecemos avaliação positiva da parte da Assembleia Municipal. Seja nas áreas sociais, seja nas áreas do ordenamento do território sobre as quais agora não referi mas em relação às quais houve aspetos, um acompanhamento dado em relação a grandes projetos, estamos naturalmente a acompanhar e atentos, seja nas áreas sociais onde me pude agora deter um pouco mais, mas que o nosso desempenho e o desempenho da equipa, dos funcionários da Câmara é naturalmente o apoio, a simpatia, a colaboração, também o estímulo dos nossos Municípios foi extremamente importante. E naturalmente também das nossas Freguesias numa situação que também para elas é tão complicada, porque uma coisa é gerir uma Freguesia onde há onze, outra coisa é gerir duas ou três ou quatro Freguesias com as mesmas pessoas que tínhamos quando era para reunir uma única. E portanto, também para os Srs. Presidentes das Uniões de Freguesias o nosso cumprimento, porque o trabalho que realizaram não foi com certeza fácil e portanto pensamos que o ano 2014 foi um ano difícil para o Poder Local democrático, mas pensamos que resistimos e que estamos bem preparados para aquilo que o futuro nos prepara e que os almadenses naturalmente podem continuar a contar connosco.”

6.1.1.10 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Câmara, dar apenas nota de que eu não quero que fique a ideia que quando nós falamos no exemplo da Derrama, estávamos a sugerir sequer que aumentasse a taxa da Derrama, nós estamos exatamente e como sabe a sugerir o inverso, e aliás foi essa a proposta do PSD, não só na Campanha Eleitoral, como na preparação do Orçamento que era baixar a Derrama para 1.25. Aliás, no caso de um dos exemplos que eu dei, Cascais, é exatamente a taxa que tem 1.25 com uma diferença em relação a Almada, é que tem isenção para negócio até trezentos mil euros, abaixo do qual existe a isenção mas ainda tem mais, tem isenção durante os dois primeiros anos de atividade das empresas que se fixam no Concelho. Isto na nossa opinião. Eu não tenho o mesmo jeito que o Sr. Presidente para as metáforas, mas é realmente ter vistas largas e não estar a ver navios em relação aos



investidores que poderíamos atrair para o Concelho. E posso-lhe dar outro exemplo, porque em Oeiras tem também a taxa da Derrama 1.4 e arrecada 18 milhões de euros num território de cerca de 46 km², sensivelmente metade do território de Almada. Ou seja, aquilo que nós temos proposto é que exista visão para atrair empresas que criem riqueza, paguem impostos em Almada e permitam à Câmara ter mais capacidade de intervenção. O Sr. Presidente deu agora o exemplo da ação social, a ação fundamental que a Câmara tem desenvolvido, que é importante que reforce na medida do possível e que o Governo dentro das suas responsabilidades também o faça. Bom se a Câmara tiver um Orçamento mais robusto pode se calhar optar também nessa vertente de fazer mais e melhor. E não quero que fique a mínima dúvida que a nossa proposta não é que se aumente a Derrama, é que se baixe e que se criem mecanismos para atrair empresas para o Concelho, como acontece em Oeiras, como acontece em Cascais, como acontece em Sintra, como acontece até em Mafra, como acontece até em Vila Franca de Xira. E portanto, onde exista uma estratégia que atraia investimento, porque esse investimento vai produzir riqueza que também se vai refletir na capacidade de ação da Câmara, e para nós isso era vital que ficasse percecionado. Estes dados demonstram que houve Câmaras que baixaram e com isso têm tido resposta do lado da receita e eu acho que esta visão é ter vistas largas.

Para concluir, dar apenas nota que nós vamo-nos abster nestes Relatórios, por um simples motivo que eu penso que deve ser percecionado. Não é no Relatório e Contas que se faz política. Ou seja, não é no Relatório e Contas que nós podemos mudar aquilo que é a ação da Câmara. Nós entendemos que é no Orçamento e no Plano de Atividades, no qual nós participamos de forma séria com a apresentação de propostas que nós podemos realmente mudar alguma coisa em relação àquilo que pode ser a projeção da Atividade Municipal. Entendemos que os Relatórios e Contas que nos são apresentados traduzem aquilo que foi a execução das opções que foram tidas no momento da realização e concretização do Orçamento e Plano de Atividades e por isso como tem sido tradição o PSD irá abster-se, porque não encontramos nada de grave naquilo que é o espelho da execução dos Relatórios e Contas e de Atividades, mas vincamos a nossa discordância em relação ao caminho, entendemos que continua a ter sido um exercício desperdiçado e um conjunto de oportunidades perdidas, mas entendemos que não mudava nada o nosso sentido de voto em relação



à execução. Esperemos que mude alguma coisa naquilo que seja a projeção do futuro da atividade municipal.”

6.1.1.11 - O Sr. Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

O debate vai longo, mas eu gostaria sobre esta matéria do investimento, de dizer algumas coisas. Há algum tempo, a 2 de outubro de 2014, um conjunto de economistas, nenhum deles suspeito de ser Comunista ou um perigoso Comunista, escreveu um conjunto de artigos a propósito de uma série de estratégias que deviam ser seguidas no País, para que o País pudesse crescer. Num desses artigos dizem eles, não há nenhum contraexemplo é regra de que um crescimento económico razoável sustentado depende da manutenção de uma formação bruta de capital fixo acima dos 25% do PIB. Isto é, nenhum País até agora conseguiu trilhar um caminho de crescimento sustentado regular acima dos 3% ao ano o que equivale a duplicar o PIB em 20 anos, com um investimento abaixo deste nível e um pelo menos 5% do PIB em investimento público. Isto é um conjunto de economistas já agora digo-vos o nome Mário Valadas, José da Silva Lopes, Manuela Morgado e Cordeiro Batista. Todos eles economistas do ISEG e como eu dizia nenhum suspeito Comunista.

Querem saber qual é o peso do investimento do PIB em Portugal? Eles dizem que não se pode crescer, o PIB não pode representar menos de 25% do PIB. Com este Governo e com o Governo anterior conseguiu-se baixar esta meta, para neste momento estar com uma percentagem de 14,6%, nunca desde que há estatísticas neste País o investimento teve um peso tão baixo, investimento total. E o investimento público que eles referem que nunca deve ser inferior a 25%, com este Governo chegou aos 2%. Desde 2010, em 2010 o investimento público foi nove mil e seiscentos milhões, este ano foi três mil e quinhentos milhões. Como é que é possível com este ritmo, com este investimento que depende naturalmente, não vale a pena a gente estar aqui a desconversar, depende da política que o Governo quer seguir. E é evidente que o que este Governo fez para atingir a meta do deficit foi duas coisas muito simples, corta na despesa com pessoal cinco mil milhões, corta na despesa do investimento seis mil milhões e o deficit esvaiu-se quase todo. Esta é a questão fundamental. Virmos aqui falar de que o Município deve atrair empresas de que o Município tem que seguir uma política, baixar Derrama, eu não estou a dizer que isto não é importante, o que eu estou a dizer é que quem é responsável pelo estado a que chegou este País não é o Município, é naturalmente o PSD e CDS. O



PS também no tempo que lá esteve também contribuiu e de que maneira para baixar esta relação. Eles é que são responsáveis e vir agora falar aqui de Oeiras. Haverá aqui pessoas que se lembram da forma como é que criou o Tagus Parque, toda a gente se deve lembrar. O ex-Presidente Isaltino Morais era uma pessoa cheia de energia e não só, com o agora Presidente da República chegaram à brilhante conclusão em 1987-88 com um Protocolo já assinado por várias entidades para que o investimento deste Quadro Comunitário fosse no Madan Parque e pura e simplesmente rasgaram e foram para Oeiras. É assim que se consegue atrair investimento diga-se de passagem, com métodos extremamente eficazes. Nós não temos infelizmente não temos, não conseguimos fazer esta jogada, fazem com que as pessoas porque é muito fácil vir aqui com todos os problemas que temos de investimento, vir aqui falar de Oeiras, da Cascais, de Vila Franca de Xira, falemos é da realidade. E porque é que as pessoas não investem, porque os empresários também não investem, porque o problema dos empresários também não é a Derrama, aliás no caso dos terrenos do Madan Parque até as taxas, são isentas taxas. A questão é outra, a questão é que as pessoas não têm dinheiro, e o investidor investe para quê, para quem? Isto está mais do que provado.

E com isto eu queria dizer que este papel do Deputado Nuno Matias que aqui faz da “Olívia Patroa” do Governo, vem aqui fazer o papel da “Olívia Costureira”, não passa, não vale a pena porque não passa. Não vale a pena. Porque efetivamente o problema é mais profundo e vocês são responsáveis por isto, e por muita volta que deem, porque agora cresceu 2%, caiu 30 e tal por cento. Faz lembrar aquela ideia que a pessoa vai descendo, vai descendo, quando bate no fundo tem que começar a subir, o problema é chegar ao nível inicial e até chegar ai muitos anos vão passar e diga-se de passagem que o Programa que apresentaram agora, muitos casos vão demorar. A gente espera que os portugueses vejam mais um bocadinho além e vos afastem, porque já mostraram aqui aquilo que valiam, e valem muito pouco efetivamente. Esta é a questão chave e não vale a pena andarmos aqui a fazer o papel de que deveriam atrair os investidores. Toda a gente sabe qual é a questão fundamental e como dizem os economistas, como dizem estes economistas, enquanto esta questão não mudar e para isto mudar é preciso investir, mas investir muito, o País não mudará e estaremos sempre na cepa torta.”

6.1.2 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas:



6.1.2.1 - A Proposta Nº 84/XI-2º, foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), dez votos contra (de eleitos do PS, Inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e CDS-PP) e nove abstenções (de eleitos do PSD, BE, PAN e Ind.), através das seguintes deliberações:

-----**Deliberação**-----

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório de Atividades do Município referente ao exercício de 2014, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de abril de 2015.

-----**Deliberação**-----

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, apreciou o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município e aprovou a Conta de Gerência do Município referentes ao ano de 2014, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de abril de 2015.

6.1.2.2 - A Proposta Nº 85/XI-2º, foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE e do PAN) e dezasseis abstenções (de eleitos do PS, Inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do CDS-PP e Ind.), através das seguintes deliberações:

-----**Deliberação**-----

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório de Gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS referente ao exercício do ano de 2014, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de abril de 2015.

-----**Deliberação**-----

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, apreciou o Inventário



Patrimonial e aprovou a Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS, referente ao ano de 2014, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de abril de 2015.

6.2 - Entrou-se no ponto 3.5 da agenda com a apreciação e votação das Propostas N^{os} 86/XI-2^o e 87/XI-2^o, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 15/04/2015, sobre a “Primeira Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2015, do Município” e a “Primeira Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2015, dos SMAS”, respetivamente, **(Conforme Anexos XXV e XXVI)**.

6.2.1 - Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.2.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

Foi apresentada a Proposta que está na posse dos Srs. Deputados, de qualquer maneira esclarecer que isto é um projeto anunciado que resulta das condições em que são feitas, em que é feita a prestação de contas e do acesso ao saldo de gerência e que procura cumprir as regras do POCAL.

Como é sabido o Orçamento que aprovámos no final de 2014 não cobria tudo aquilo que é a despesa previsível e que para o ano 2015 que nós necessitaríamos de recorrer ao saldo de gerência para que o Plano de Atividades pudesse ser cumprido, é aquilo que fazemos agora com esta Proposta da Revisão.

No caso da Câmara Municipal, o valor global que está em causa são cerca de quase quinze milhões de euros, envolve a cobertura de um empréstimo que os SMAS tinha pedido à banca e que estava encaminhado no valor de dois milhões e quatrocentos mil euros, já tinha sido aqui submetido também à Assembleia. E a parte restante, cerca de doze milhões de euros corresponde a saldo de gerência que pretendemos utilizar. Isto aponta para que o Orçamento de 2015 possa rondar quase os noventa milhões de euros, é um orçamento muito significativo que nos coloca naturalmente grandes responsabilidades do ponto de vista executivo, mas que iremos procurar levá-lo a bom termo. As verbas que estão em causa sumariamente procuram reforçar as rúbricas com iluminação pública. Nós tínhamos assumido isso em um milhão e seiscentos mil euros, o Programa da Pasta Escolar cento e cinquenta mil euros, vai ser reforçado este valor. Apoio ao Movimento Associativo em quatrocentos e cinquenta mil euros; o apoio às viaturas de Bombeiros. Como também é conhecido, todos os anos são entregues a cada Corporação de Bombeiros cem mil euros para



modernização da sua frota, são assim trezentos mil euros. Para obras em Vale Figueira, nas instalações, cinquenta e oito mil euros. Para os Protocolos da Descentralização de Competências para as Freguesias um reforço de sessenta e quatro mil euros. Para o Festival Sol da Caparica, cento e noventa mil euros. Para informação também sessenta mil euros. Depois para aquisição de edifícios e solos, duzentos e cinquenta mil euros, como sabeis há um projeto de aquisição de alguns edifícios para nos permitir intervir seja na área do Mercado de Almada, seja em relação à Trafaria e também na Costa da Caparica. Para Habitação Social e Bairros, trezentos mil euros, estamos a falar de reforços, em relação às verbas que já lá estão. Reparações em edifícios escolares, mais duzentos mil euros; espaços desportivos mais duzentos mil; projetos na área do ambiente, mais trezentos mil euros; reparações de edifícios, mais quatrocentos mil euros; Edifícios Municipais, vários, instalações; Casa do Professor, cem mil euros, é um reforço de verba; para reabilitação urbana e nas áreas das AUGI, seiscentos e trinta e cinco mil euros; para aquisição de contentores e papeleiras, cem mil euros; para reconversão de estrada, cinquenta mil euros; para aquisição, uma nova aquisição de solos temos aqui mais duzentos e quarenta mil euros; obras em iluminação pública, cento e quinze mil euros; aquisição de equipamentos diversos para tratamento das vias, cento e cinquenta e seis mil euros; obras nos Marcados, cento e trinta e cinco mil euros; para demolições, algumas delas, cento e cinquenta mil euros; para obras coercivas, também demolições, cento e vinte e sete mil euros. E depois para pagamento à AMARSUL, um milhão e quinhentos mil euros, era uma verba que estava subdotada. Para Segurança um milhão e seiscentos e sessenta e um mil euros e para encargos com cobranças de impostos, taxas e encargos em instalações dessa natureza novecentos e trinta e nove mil euros.

Sumariamente são algumas das rubricas que foram reforçadas e os valores em que o reforço se vai dar.”

6.2.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas N^{os} 86/XI-2^o e 87/XI-2^o, que foram aprovadas por maioria com dezanove votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e do PAN) e dezoito abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da



Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE e do CDS-PP), através das seguintes deliberações:

-----**Deliberação**-----

Nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Primeira Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2015, do Município, que totaliza o valor de 14.996.868,27€ (catorze milhões novecentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e oito euros e vinte e sete cêntimos), nos preciso termos da deliberação camarária de 15 de abril de 2015.

-----**Deliberação**-----

Nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Primeira Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2015, dos SMAS, que totaliza o valor de 2.400.000,00€ (dois milhões e quatrocentos mil euros), nos preciso termos da deliberação camarária de 15 de abril de 2015.

6.3 - Entrou-se no ponto 3.6 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nºs 88/XI-2º, 89/XI-2ª e 90/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 15/04/2015, sobre a “Designação dos Membros dos Júris dos Concursos para provimento de titulares de cargos dirigentes nos SMAS”, a “Designação do Júri para procedimento concursal, para Provimento do Cargo de Diretor do Departamento de Salubridade e Espaços Verdes - DSEV” e a “Designação do Júri para procedimento concursal, para Provimento do Cargo de Dirigente do Serviço Municipal de Proteção Civil - SMPC”, (Conforme Anexos XXVII, XXVIII e XXIX).

6.3.1 - Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

As Propostas resultam da implementação da macro estrutura aprovada pela nossa Assembleia Municipal e em consequência os processos de início de concurso tendo em vista estabelecer as novas chefias em consequência dessa macro estrutura aprovada.



Nos termos da Lei, o que a nossa Assembleia Municipal tem é que aprovar os júris, é o que trazemos na Proposta um relativamente aos concursos de dirigentes para os Serviços Municipalizados. Chefe de Divisão de Gestão Financeira; Chefe de Divisão de Controlo da Água; de Divisão de Empreitadas e Urbanizações; Divisão da ETAR do Portinho da Costa; Departamento de Informática; Divisão de Fiscalização; Divisão de Estudos e Projetos. Também nos termos da Lei e sempre como bom critério os membros do júri são para além de personalidades de reconhecido desempenho e mérito, sempre que possível também oriundos de mais do que uma das entidades e designadamente da própria entidade, mas também de outras entidades, mas também as Propostas consagram essa preocupação e essa resposta no sentido de integrar no júri representantes, personalidades de outros organismos.

Relativamente à segunda Proposta da Câmara Municipal, tem em vista o Cargo de Diretor de Departamento de Salubridade e Espaços Verdes e portanto também como disse, também a composição proposta tem esta componente de representatividade de outros organismos nas pessoas que propomos à nossa Assembleia Municipal.

Terceira Proposta para o Cargo de Dirigente de Serviços Municipais de Proteção Civil, também com a mesma lógica e a mesma fundamentação.”

6.3.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum e tendo sido deliberada a forma de votação por levantados e sentados, ao abrigo do nº 3, artigo 55º, da Lei nº 75/2013, procedeu-se à votação das Propostas:

6.3.2.1 - A Proposta Nº 88/XI-2º foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, do PSD, do PAN e Ind.) e doze abstenções (de eleitos do PS, Inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP)

6.3.2.1.1 - O ponto seis da Proposta referente ao Procedimento concursal para o provimento do cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização, foi aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PSD, do PAN e Ind.) e doze abstenções (de eleitos do PS, Inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP), (não votou a Proposta o Sr. Deputado Municipal e Presidente da Assembleia Municipal José Manuel Maia Nunes de Almeida, declarando impedimento), através da seguinte deliberação:

-----**Deliberação**-----



Considerando que foi aprovada, pela Assembleia Municipal por iniciativa da Câmara Municipal a Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipalizados, que foi publicitada pelo Edital nº 285/XI-2º/2014-15.

Considerando que a Orgânica dos Serviços e respetivo Regulamento, também publicados no Diário da República, 2ª Série, de 26 de março de 2015, consagram a criação de departamentos e divisões de serviços.

Considerando a proposta da Câmara Municipal submetida à deliberação da Assembleia Municipal quanto à designação dos membros dos Júris para os concursos para provimento de titulares de cargos dirigentes.

Nestes termos e ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, e em consideração da alínea m), do nº 1 e alínea k), do nº 2, ambas do artigo 25º, da Anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião camarária de 15 de abril de 2015, designando os Membros dos Júris dos Concursos para os Provimentos de Titulares de Cargos Dirigentes dos SMAS, os seguintes:

1 - Procedimento concursal para o provimento do cargo de Chefe de Divisão de Gestão Financeira

Presidente do Júri - Luís Gonçalves (Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro dos SMAS)

1º Vogal Efetivo - Ana Coelho (Diretora de Departamento Administração e Finanças da CMA)

2º Vogal Efetivo - Nuno Santana (Técnico Superior dos SMAS)

1º Vogal Suplente - Eduarda Flora (Chefe de Divisão de Gestão Comercial e Atendimento dos SMAS)

2º Vogal Suplente - Nelson Vieira (Chefe de Divisão de Gestão Administrativa dos SMAS)

2 - Procedimento concursal para o provimento do cargo de Chefe de Divisão de Controlo da Qualidade da Água

Presidente do Júri - Carlos Sousa (Diretor de Departamento e Controlo da Qualidade da Água dos SMAS)

1º Vogal Efetivo - José Luís Graça (Diretor de Departamento de Assuntos Europeus e Sistema Português do IPQ)

2º Vogal Efetivo - Raquel Pinto (Técnica Superior dos SMAS)



1º Vogal Suplente - Joaquim Fonseca (Chefe de Equipa Multidisciplinar de Planeamento e Sistemas de Gestão e Inovação dos SMAS)

2º Vogal Suplente - Cristina Furtado (Chefe de Divisão de Tratamento de Água Residuais Mutela dos SMAS)

3 - Procedimento concursal para o provimento do cargo de Chefe de Divisão de Empreitadas e Urbanizações

Presidente do Júri - Nuno Serrano (Diretor de Departamento de Projetos e Obras dos SMAS)

1º Vogal Efetivo - Manuel Laranjeira (Diretor de Departamento de Obras Municipais da CMA)

2º Vogal Efetivo - Filomena Martins (Técnica Superior dos SMAS)

1º Vogal Suplente - Ramiro Norberto (Diretor de Departamento de Gestão de Redes de Água, Drenagem e Logística dos SMAS)

2º Vogal Suplente - António Barros (Chefe de Divisão de Gestão de Redes de Água dos SMAS)

4 - Procedimento concursal para o provimento do cargo de Chefe de Divisão ETAR do Portinho da Costa

Presidente do Júri - Alexandra Sousa (Diretora de Departamento de Tratamento de Águas Residuais dos SMAS)

1º Vogal Efetivo - Leonor Amaral (Professora Doutora da FCT)

2º Vogal Efetivo - Filipa Matos (Técnica Superior dos SMAS)

1º Vogal Suplente - Cristina Furtado (Chefe de Divisão de Tratamento de Águas Residuais Mutela dos SMAS)

2º Vogal Suplente - Paula Oliveira (Chefe de Divisão de Projetos de Sistemas de Informação dos SMAS)

5 - Procedimento concursal para o provimento do cargo de Chefe de Departamento de Informática

Presidente do Júri - Marina Issakova (Diretora de Departamento de Organização e Informática CMA)

1º Vogal Efetivo - Pedro Amaral (Professor Doutor da FCT)

2º Vogal Efetivo - Carlos Mendes (Chefe de Divisão de Pessoal dos SMAS)

1º Vogal Suplente - Alexandra Sousa (Diretora de Departamento de Tratamento de Águas Residuais dos SMAS)



2º Vogal Suplente - Delfina Graça (Chefe de Equipa Multidisciplinar de Assessoria, Comunicação e Imagem dos SMAS)

6 - Procedimento concursal para o provimento do cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização

Presidente do Júri - Tânia Camões (Chefe de Divisão de Gestão e Administração Urbanística 3 da CMA)

1º Vogal Efetivo - Maria Manuela Lança Jacinto (Chefe de Divisão de Fiscalização da CM Seixal)

2º Vogal Efetivo - Rita Almeida (Técnica Superior dos SMAS)

1º Vogal Suplente - Luís Gonçalves (Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro dos SMAS)

2º Vogal Suplente - Jorge Marques (Chefe de Divisão de Metrologia e Instalação de Contadores dos SMAS)

7 - Procedimento concursal para o provimento do cargo de Chefe de Divisão de Estudos e Projetos

Presidente do Júri - Paulo Pardelha (Diretor de Departamento de Planeamento Urbanístico CMA)

1º Vogal Efetivo - Saldanha Matos (Professor Doutor do IST)

2º Vogal Efetivo - Pedro Marçal (Técnico Superior dos SMAS)

1º Vogal Suplente - António Janeiro (Chefe de Divisão de Qualificação Urbana da CMA)

2º Vogal Suplente - Carlos Sousa (Diretor de Departamento Produção e Controlo da Qualidade da Água dos SMAS)

6.3.2.2 - A Proposta Nº 89/XI-2º foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PSD, do PAN e Ind.) e doze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, por proposta da Câmara Municipal aprovou, na reunião plenária realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2015, a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de estrutura orgânica hierarquizada,



assim como aprovou o Regulamento de Organização dos respetivos Serviços, que foram publicados no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015. Ao nível do Concelho de Almada a referida deliberação foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15.

Para a implementação da referida estrutura orgânica a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a Proposta de composição do júri para o procedimento concursal de provimento do cargo de Diretor do Departamento de Salubridade e Espaços Verdes.

Nestes termos, ao abrigo e para os efeitos do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto e do artigo 25º, do nº 1, alínea m) e do nº 2, alínea K), do Anexo I a que se refere o nº 2 do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal aprova a Proposta da Câmara, aprovada em reunião camarária de 15 de abril de 2015, designando para o Procedimento Concursal do Cargo de Diretor do Departamento de Salubridade e Espaços Verdes (DSEV), o seguinte júri:

Presidente: Eng.º Jorge Eduardo Bico Moura Didelet, Diretor do Departamento de Conservação e Segurança das Instalações da Câmara Municipal do Seixal;

Vogal efetivo: Eng.º Ramiro Cipriano Rosado Norberto, Diretor do Departamento de Gestão de Redes de Água, Drenagem e Logística dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada;

Vogal efetivo: Dr.ª Maria Manuela dos Reis Molha, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada;

Vogal suplente: Arq. Carlos Manuel Saraiva Dias, Diretor do Departamento de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Almada;

Vogal suplente: Dr.ª Ana Luísa Pinto Nunes Curto, Diretora do Serviço de Saúde Ocupacional da Câmara Municipal de Almada.

6.3.2.3 - A Proposta Nº 90/XI-2º foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PSD, do PAN e Ind.) e doze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:



-----**Deliberação**-----

Considerando que nos termos e para os efeitos legais e por proposta da Câmara Municipal a Assembleia Municipal de Almada aprovou, na sua reunião de 27 de fevereiro de 2015 a Organização dos Serviços Municipais do Município, segundo o modelo de estrutura hierarquizada, bem como aprovou o respetivo Regulamento de Organização dos Serviços.

As deliberações foram publicitadas pelo Edital nº 285/XI-2º, de 2 de março de 2015 e publicadas no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

Considerando que importa garantir a prossecução das atividades cometidas ao Município de Almada, impõe-se a instalação das unidades orgânicas criadas e não providas, promovendo-se o recrutamento dos respetivos cargos dirigentes que no caso também do Serviço Municipal de Proteção Civil é imperioso e urgente.

Para tanto a Câmara Municipal submete à apreciação e deliberação o júri do respetivo procedimento concursal.

Assim, nestes termos, ao abrigo e para os efeitos do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto e do artigo 25º, do nº 1, alínea m) e do nº 2, alínea K), do Anexo I a que se refere o nº 2 do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião camarária de 15 de abril de 2015, designando que o Procedimento Concursal do Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau - Dirigente do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) - o seguinte júri:

Presidente: Arq. António Carlos Morgado Janeiro, Chefe da Divisão de Qualificação Urbana da Câmara Municipal de Almada;

Vogal efetivo: Dr. Júlio Miguel Ávila Sarmiento Espalha, Chefe da Divisão de Pessoal da Câmara Municipal de Almada;

Vogal efetivo: Dr.ª Patrícia Alexandra Costa Gaspar, Comandante Distrital da Proteção Civil;

Vogal suplente: Dr.ª Maria Manuela dos Reis Molha, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada;

Vogal suplente: Eng.ª Maria do Carmo Mendes Vieira Neto Antão, Chefe da Divisão de Salubridade da Câmara Municipal de Almada.

6.4 - Entrou-se no ponto 3.7 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 91/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de



15/04/2015, sobre o “Reconhecimento de interesse público municipal na Regularização do Ecocentro da Quinta da Matosa”, (**Conforme Anexo XXX**).

6.4.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.4.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

A Proposta foi distribuída, não sei se há alguma questão que os Srs. Deputados queiram colocar.”

6.4.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação Nº 91/XI-2º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

-----**Deliberação**-----

Considerando que o Ecocentro da Quinta da Matosa funciona desde o ano de 2000 ao abrigo de licença provisória para operação de gestão de resíduos, emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - CCDRLVT/Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e Ministério do Desenvolvimento Regional.

Considerando que a referida licença terminou, por ter caducado o regime de legalização extraordinário.

Considerando que a área em que se encontra o Ecocentro é em parte abrangida pela Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal e ainda abrangida embora tangencialmente pela Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, assim como pela Reserva Ecológica Metropolitana aprovada no entanto posteriormente (abril de 2002).

Considerando também que o encerramento do Ecocentro da Quinta da Matosa causaria graves implicações na gestão da recolha e deposição dos resíduos sólidos, pondo em causa o interesse público local, regional e nacional em matéria de ambiente, bem como compromete e limita igualmente a estratégia local de ambiente gizada pela Câmara Municipal, em consonância com diretivas comunitárias nesta matéria.

A implementação da estratégia municipal preconizada nas Opções do Plano da CMA, nomeadamente as contidas no 2º eixo de Desenvolvimento - Ambiente, Biodiversidade e Energia encontra-se limitada por um possível encerramento deste Ecocentro.



Atenta à importância estratégica da regularização de determinadas atividades e aos constrangimentos das mesmas não estarem licenciadas, a CMA reuniu com a AMARSUL e serviços centrais (CCDR-LVT) de forma a ponderar o tipo de procedimento a adotar que possibilite a regularização das instalações da AMARSUL nesta matéria.

Considerando ainda que o regime previsto no Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, aplica-se às operações de gestão de resíduos, assim como a demais legislação (Decreto-Lei nº 178/2006, alterado pelo Decreto-Lei nº 173/2008, pela Lei nº 64-A/2008 e pelos Decretos-Lei nºs 183/2009, 73/2011 e 127/2013), possibilitando a regularização do Ecocentro na parte respeitante à desconformidade de localização com os instrumentos de gestão territorial, cujo pedido deve ser instruído, nomeadamente, com uma Deliberação fundamentada da Assembleia Municipal de reconhecimento do interesse público municipal, por proposta da Câmara Municipal.

Nestes termos e em consideração, ao abrigo e para os efeitos da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea a), do nº 4, do artigo 5º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal nos precisos termos e fundamentos da deliberação camarária de 15 de abril de 2015, reconhecendo o Interesse Público Municipal na regularização do Ecocentro da Quinta da Matosa.

6.5 - Entrou-se no ponto 3.8 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 92/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 15/04/2015, sobre os “Contratos de Financiamento dos SMAS - Empréstimo Quadro - Banco Europeu de Investimento”, (**Conforme Anexo XXXI**).

6.5.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.5.1.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

É uma questão que já esteve presente na nossa Assembleia Municipal, visa dar a possibilidade de contratação de um financiamento da componente nacional suportada pelos Serviços Municipalizados das obras em curso com Fundos Comunitários do QREN. Foi uma linha de financiamento negociado entre o Estado português e a Comunidade Europeia e o BEI e desse ponto de vista a Proposta veio hoje



novamente à Assembleia Municipal, no sentido de pedir autorização à nossa Assembleia Municipal para a contratação de um financiamento, nos termos em que está na Proposta em que o essencial diria que pode ir até um financiamento de três milhões de euros, doze anos, reembolsável, com carência de quatro semestres e uma de 0,609%.”

6.5.2 - No debate usou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco e o Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.5.2.1 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco:

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

Sr. Presidente, só a título de curiosidade e já que se falou tanto aqui que há Partidos que jogam as regras da Comunidade Europeia, da União Europeia, que há outros que querem sair do euro, mas depois quando chega estas alturas sabe sempre bem que venham as verbas. Portanto, se calhar devemos-nos reposicionar relativamente às nossas opções e à maneira com que olhamos para a Comunidade Europeia, para a União Europeia, para o Fundo Monetário Internacional e portanto para todos aqueles que também cá estão para contribuírem para o desenvolvimento do País.

De qualquer maneira relativamente a esta questão e o CDS-PP irá tomar outras diligências para aprofundar mais esta questão que estamos aqui a discutir e gostaria de deixar duas questões.

A primeira delas, porque é que com a nova adenda aumentou o custo total do investimento? E a segunda pergunta, qual a razão do prazo da conclusão da empreitada ter aumentado, visto que estava previsto inicialmente para 5.03.2014 e posteriormente prorrogado para o prazo de 31.03.2015, qual a razão de não estar então concluída.”

6.5.2.2 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputado Municipais;

A primeira coisa que diria é que não há aqui nenhum favor, e se voltássemos atrás e fossemos discutir isto, desde logo a nossa população, a população de Almada não tem relativamente aos Fundos Comunitários para a área da água e do saneamento nada a agradecer a nenhuma entidade nacional nem comunitária, porque construímos quatro ETAR's sem Fundos Comunitários, porque na altura nos quiseram impor um modelo de organização que não aceitamos e em consequência ficámos sozinhos, construímos essas infraestruturas sozinhos e estamos a geri-las com capacidade de



resposta a cem por cento em todas as áreas da nossa intervenção. E se há alguém que tem feito esforço é a população e é o Município. Das outras entidades ninguém fez um favor a Almada durante estes anos todos que já levamos de Comunidade Europeia e de outras circunstâncias.

Agora é evidente que nós estamos com um investimento, os SMAS de Almada estão com um investimento muito acima daquilo que é a sua própria condição de intervenção e isso resulta também de processos que os próprios SMAS construíram de candidaturas a Fundos Comunitários. Pela primeira vez no Quadro QREN os SMAS foram eleitos a entidade gestora de Fundos Comunitários. Como sabe estamos desde logo a fazer uma grande obra plurianual que pretendemos concluir em 2015, a renovação da ETAR da Quinta da Bomba, uma obra de dez milhões de euros, que é com certeza o maior investimento público na Península de Setúbal em curso e de uma grande exigência. Simultaneamente vamos renovar a ETAR do Valdeão, estamos a construir a Estação do Torrão, também a concluir mesmo a Estação do Torrão, a intervenção de uma nova Estação e um novo Emissário na Foz do Rego, um grande investimento que exige um grande esforço da gestão diária e um grande esforço financeiro também dos Serviços. E em consequência, havendo esta negociação nacional, outra razão não haveria que não concorrêssemos e não apresentássemos a documentação necessária para este financiamento. Mas vamos ter que o pagar, não nos estão aqui a dar favor nenhum, nós vamos ter que o pagar, mais tarde ou mais cedo vamos ter que o pagar e esse naturalmente será um esforço da nossa população e do nosso Município.

Relativamente à não conclusão da obra, penso que estaria a falar da obra da Quinta da Bomba, é como compreenderá uma obra de grande complexidade, porque está a ser feita na pior das conjunturas. E ainda que os SMAS de Almada tenham avançado à cabeça mais dois milhões de euros para que o empreiteiro pudesse ir adquirir os materiais, criar condições para fazer a obra no prazo que tinha como compromisso, a verdade é que o empreiteiro não tem conseguido o ritmo desejável e não tem conseguido responder como pretendíamos. O nosso esforço tem sido para que a obra não caia, para que a obra seja concluída e seja concluída agora num quadro de grande dificuldade.

Eu estive na semana passada em representação do Município num encontro que o POVT e as entidades nacionais dos Fundos Comunitários fizeram na Anadia, e a preocupação que aqui quero deixar é que o País está a querer fechar estes dossiers



à força toda porque terá compromisso. Vêm aí as eleições e agora parece que já não há dificuldades do lado das empresas, agora são as entidades gestoras, as entidades beneficiárias, no caso leia-se os SMAS de Almada que têm todos os ónus de resposta relativamente a estes compromissos. E há aqui também algum afastamento da realidade da parte de quem gere estes processos. E é isto que posso dizer.

Este financiamento vem para uma obra essencial a fazer na nossa Cidade, em breve entraremos na renovação de redes de água, de esgotos e pluviais de Almada Velha, a infraestrutura tem um limite de vida, está no limite de vida, fez o seu papel enquanto esteve ao serviço do Município e agora vamos ter que a renovar e precisamos deste investimento naturalmente para fazer essa grande obra, continuando a fazer cumprir todos os compromissos que já temos e tentando leva-los a bom termo. Este financiamento não é nenhum favor, é um financiamento adequado para a nossa intervenção.”

6.5.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 92/XI-2º, que foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e um voto contra (de eleito do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

-----**Deliberação**-----

Considerando que a Assembleia Municipal de Almada na sua reunião plenária realizada no dia 26 de setembro de 2014, a solicitação da Câmara Municipal, autorizou a apresentação das candidaturas ao financiamento para a contrapartida das operações cofinanciadas pelo FEDER/FC, seguintes:

- **Reformulação do Tratamento da ETAR da Quinta da Bomba -
POVT-02-0146-FCOES-000224**
- **Emissário da Bacia Norte e Serviço CostaPolis -
POVT-12-0146-FCOES-000119**

Considerando que foram aprovadas pela Comissão de Coordenação e Supervisão, em 12 de setembro de 2014, os pedidos de financiamento reembolsável para financiamento parcial da contrapartida nacional das operações QREN efetuadas no



âmbito do Despacho nº 8417/2014, de 5 de junho, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 123, de 30 de junho de 2014.

Considerando a situação financeira favorável do Município que permitiu cumprir os limites de endividamento do grupo municipal, face aos limites definidos para 2014, com a margem disponível, no final do ano, igual à margem utilizável, definida no início, na ordem de 18 milhões de euros.

Assim, nos termos, para os efeitos e em cumprimento do artigo 25º, nº 1, alínea f), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do artigo 6º, nº 2, alínea f) e artigo 49º, nº 5 e nº 6, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião camarária de 15 de abril de 2015, sobre Contratos de Financiamento Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada/Câmara Municipal de Almada, Empréstimo Quadro - Banco Europeu de Investimentos, autorizando a contratação dos empréstimos:

- a) Contrato de financiamento reembolsável para financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação QREN - POVT- 02-0146-FCOES-000224 (Reformulação do Tratamento da ETAR da Quinta da Bomba) no âmbito do Programa Operacional Valorização do Território, no valor de até 3.100.000,00 € (três milhões e cem mil euros).
- b) Contrato de financiamento reembolsável para financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação QREN - POVT - 12-0146-FCOES-000119 (Emissário da Bacia Norte e Serviço da CostaPolis) no âmbito do Programa Operacional Valorização do Território, no valor de até 560.000,00 € (quinhentos e sessenta mil euros).
- c) Aprova as respetivas Minutas dos Contratos de Financiamento Reembolsável nos precisos termos da deliberação camarária.
- d) A presente deliberação foi aprovada por maioria qualificada exigida pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, no seu artigo 25º nº 6.

7 - Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Maria Teodolinda Monteiro Silveira, José Manuel Raposo Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves, Maria Amélia de Jesus



Pardal, Francisca Luís Baptista Parreira, Vítor Manuel dos Santos Castanheira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins e Maria do Carmo Mira Borges.

- 9** - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, e Humberto Lameiras do Cidade Informação Regional; das Srs. Juristas Teresa Canarias e Maria João Gomes de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de catorze Srs. Munícipes.
- 10** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 11** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H05 do dia 30 de abril de 2015.
- 12** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____